

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**PATRULHA ESCOLAR: A ATUAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS COM O PÚBLICO INFANTOJUVENIL**

WARNER DI FRANCESCO BELEM

VILA VELHA
MARÇO / 2019

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

PATRULHA ESCOLAR: A ATUAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS COM O PÚBLICO INFANTOJUVENIL

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção grau de Mestre em Segurança Pública sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff e da co-orientadora Prof^a Dr^a. Luciana Souza Borges Herkenhoff.

WARNER DI FRANCESCO BELEM

VILA VELHA
MARÇO / 2019

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

B428p Belém, Warner Di Francesco.
Patrolha escolar : a atuação nas escolas públicas estaduais com o público infantojuvenil / Warner Di Francesco Bélem. – 2019.
96 f. : il.

Orientador: Henrique Geaquinto Herkenhoff.
Coorientadora: Luciana Souza Borges Herkenhoff.
Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade Vila Velha, 2019.
Inclui bibliografias.

1. Segurança Pública. 2. Violência. 3. Polícia Militar.
I. Herkenhoff, Henrique Geaquinto. II. Herkenhoff, Luciana Souza Borges. III. Universidade Vila Velha. IV. Título.

CDD 363.3

WARNER DI FRANCESCO BELEM

**PATRULHA ESCOLAR: A ATUAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS COM O PÚBLICO INFANTOJUVENIL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Aprovado em 13 de março de 2019,

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni (UFES)



Prof. Dr. Maria Riziane Costa Prates (UVV)



Profa. Dra. Luciana Souza Borges Herkenhoff – (UVV)



Prof. Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff (UVV)
(Orientador)

**Dedico este estudo:
Aos meus pais, Clorivaldo e Marlene Di
Francesco Belém.**

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos por DEUS, já que Ele colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta!

Aos Professores Henrique e Luciana Herkenhoff que acreditaram em meu potencial, sempre disponíveis e dispostos a ajudar, querendo que eu aproveitasse cada segundo dentro do mestrado para absorver algum tipo de conhecimento.

Vocês foram e são referências profissionais e pessoais para meu crescimento.

Obrigado por acreditarem em mim e estarem ao meu lado nessa caminhada!

“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.”
Isaac Newton

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Perfil dos profissionais da educação entrevistados – Educadores.....	36
Tabela 2 - Perfil dos professores entrevistados.....	36
Tabela 3 - Perfil dos policiais militares entrevistados.....	36
Tabela 4 - Perfil dos alunos entrevistados.....	36
Tabela 5 - Resposta dos profissionais da educação entrevistados - Educadores..	55
Tabela 6 - Resposta dos professores entrevistados.....	56
Tabela 7 - Resposta dos policiais militares entrevistados.....	57
Tabela 8 - Resposta dos alunos entrevistados.....	59
Tabela 9 - IDEB - Taxa de aprovação - anos iniciais do ensino fundamental da EEEF Stellita Ramos.....	67

LISTA DE SIGLAS

CVPMI – Corpo Voluntário de Policiais Militares Inativos

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Inoves – Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo

PE – Patrulha Escolar

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PRÊMIO Inoves – Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo

SEDU – Secretaria de Estado da Educação

SEGER – Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

SISE – Sistema de Segurança Escolar

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

RESUMO

BELÉM, Warner Di Francesco, M.Sc., Universidade Vila Velha - ES, março de 2019. **Patrulha Escolar: a atuação nas escolas públicas estaduais com o público infantojuvenil.** Orientador: Henrique Geaquinto Herkenhoff. Coorientadora: Luciana Souza Borges Herkenhoff

Este trabalho estudou o programa desenvolvido pela Polícia Militar do Espírito Santo, em parceria com Secretaria de Estado da Educação, de atuação dentro do ambiente escolar, nas instituições de ensino público estadual da Grande Vitória. Investigam-se e caracterizam-se as práticas que vão além das rotinas policiais e que tornaram a Patrulha Escolar referência nas escolas estaduais do Espírito Santo. Por fim, foram utilizadas as técnicas metodológicas do estudo descritivo, quantitativo, de corte transversal com dados coletados em pesquisas, entrevistas e publicações que avaliaram a Patrulha Escolar, tendo como comparativo o modelo tradicional de policiamento nas escolas. Obteve como resultado a aproximação da comunidade, redução dos índices de violência no ambiente escolar e venceu o Prêmio Inovação da Gestão Pública do Espírito Santo – INOVES/2013. As conclusões desse estudo revelaram que a participação de profissionais de segurança, com um olhar diferenciado, utilizando a metodologia do policiamento comunitário, sem interferir dentro das salas de aula, respeitando as peculiaridades do ambiente acadêmico e seu entorno, em estreita parceria dos diversos órgãos, produz muito mais a sensação de segurança e possibilita a inserção de um novo referencial positivo para as crianças e adolescentes na construção de paz. Outro fato importante é a constatação de que, sem aumento de gastos, empregando efetivo reduzido, a metodologia de trabalho *sui generis* da Patrulha Escolar contribuiu para a melhoria da harmonia no ambiente de ensino e conseqüentemente favoreceu o processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Violência escolar. Segurança Pública. Polícia Militar. Patrulha Escolar;

ABSTRACT

BELÉM, Warner Di Francesco, M.Sc., University of Vila Velha – ES, march of 2019. **Patrulha Escolar: a atuação nas escolas públicas estaduais com o público infantojuvenil.** Advisor: Henrique Geaquint Herkenhoff. Co-advisor: Luciana Souza Borges Herkenhoff

This work studied the program developed by the Military Police of the State of Espírito Santo, in partnership with the Secretary of State for Education, acting within the school environment, in state public institutions of Grande Vitória. Investigate and characterize the practices that go beyond the police routines and that have made the Patrulha Escolar (school patrol) reference in the state schools of Espírito Santo. Finally, we used the methodological techniques of the descriptive, quantitative, cross-sectional study with data collected from surveys, interviews and publications that evaluated the Patrulha Escolar, comparing the traditional model of policing in schools. It resulted in the community approach, reduction of violence rates in the school environment and won the Innovation Award of Public Management of Espírito Santo - INOVES / 2013. The conclusions of this study revealed that the participation of security professionals, with a different perspective, using the community policing methodology, without interfering within the classrooms, respecting the peculiarities of the academic environment and its environment, in close partnership of the various agencies, produces much more the sense of security and enables the insertion of a new positive framework for children and adolescents in peacebuilding. Another important fact is the finding that, without increasing expenses, employing a reduced staff, the *sui generis* work methodology of the School Patrol contributed to the improvement of harmony in the teaching environment and consequently favored the teaching-learning process.

Key word: School violence. Public security. Military police. School patrol;

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1. INTRODUÇÃO	12
2. JUSTIFICATIVA	14
3. OBJETIVOS	17
3.1. OBJETIVO GERAL	17
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
4. MARCO TEÓRICO	18
4.1. CULTURA DE PAZ	18
4.2. A VIOLÊNCIA E ALGUNS CONTEXTOS NO AMBIENTE ESCOLAR...	19
4.3. UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE DA JUVENTUDE	23
4.4. O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O AMBIENTE SOBRE O INDIVÍDUO	24
4.5. POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	27
4.5.1. Definições sobre o policiamento comunitário	29
5. ASPECTOS METODOLÓGICOS	34
5.1. TIPO DE PESQUISA	34
5.2. DOS PARTICIPANTES	35
5.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	37
5.4. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS	38
5.5. AS QUESTÕES ÉTICAS	39
5.6. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	39
6. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	40
6.1. POLICIAMENTO ESCOLAR	41
6.2. ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO PERÍODO DE 2003 A 2009	41
6.2.1 Caracterização e os impactos dos atendimentos não qualificados pela Polícia Militar no ambiente escolar	43
6.3. PATRULHA ESCOLAR	46
6.3.1 Caracterização dos atendimentos da Patrulha Escolar	47
6.3.2 Estudo da metodologia de trabalho da Patrulha Escolar	48
6.3.3 Análise da Patrulha Escolar como promotor na construção de cultura de paz	51
6.3.4 Estudo dos fatores que propiciaram a redução da violência por meio do policiamento escolar desenvolvido pela Patrulha Escolar	52
6.4. CONFERÊNCIA E ANÁLISE DOS DADOS: OS APONTAMENTOS DOS ENTREVISTADOS E DOS REGISTROS DOS RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL	55
6.4.1 Entrevista com servidores da rede estadual – Educadores, professores e alunos	60
6.4.1.1 Mensuração da transformação do ambiente escolar no contexto segurança	60
6.4.1.2 Mensuração da importância do convívio dos policiais dentro do ambiente escolar	61
6.4.1.3 Mensuração da participação comunitária para construção de uma cultura de paz	61
6.4.1.4 Mensuração da atuação da Patrulha Escolar	61
6.4.2. Entrevista com os policiais da Patrulha Escolar	62

6.4.3.	Análise documental e apresentação dos resultados	65
6.5.	OS DADOS FRENTE À BASE TEÓRICA.....	69
7.	CONCLUSÕES	74
8.	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para Servidor/Professor e Aluno..	85
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para Policiais Militares.....	88
	ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.....	89
	ANEXO B – Protocolo de atuação da Patrulha Escolar.....	94
	ANEXO C – Reportagens sobre a violência escolar no ES.....	95
	ANEXO D – Pesquisa sobre o nível de confiança e aprovação da Patrulha Escolar.....	96
	ANEXO E – Resultado do Prêmio Inovex 2013.....	97

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, durante várias décadas, as políticas públicas de redução da violência no ambiente escolar têm surgido, sobretudo, na esfera municipal e estadual. Mesmo assim, a violência no ambiente escolar tem crescido e expandido para além dos seus muros, impondo maior atenção quanto à função do Estado e suas ações.

Essa violência constitui um grande problema social e pode ser vista como um comportamento agressivo que abrange os conflitos interpessoais, os danos ao patrimônio e os atos criminosos, podendo ter consequências negativas sobre os resultados escolares dos alunos e repercussão em toda a comunidade, com a reprodução desses comportamentos indisciplinados e/ou delituosos.

Diante desse cenário, em maio de 2018, o Governo Federal alterou as diretrizes e bases da educação nacional para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, bem como inseriu a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino (Lei nº 13633, 14 de maio de 2018).

Contudo, o surgimento de novas leis não é suficiente para garantir direitos de aprendizagem e/ou de condições de trabalhos e estudos mais dignas para docentes e discentes. Parece necessário pensar em outras práticas, para além dos documentos oficiais, que produzam outros modos de existência nas convivências escolares. Práticas de atuação na contramão das violências e que, portanto, reduzam as probabilidades de alguns alunos cometerem, conforme indicado por Rocha e Zan (2015) e Silva (2013).

Nesse sentido, faz-se necessário considerar também os contextos de vida e as relações muitas vezes produzidas entre o jovem a escola, a comunidade e a família, os amigos, as igrejas e demais contextos de pertencimento que podem afetar os seus modos de ser e viver.

Esse desenvolvimento dos jovens através dos ambientes, segundo Bronfenbrenner (2005), merece destaque, pois se relacionam com as interações recíprocas, gradativas, entre o sujeito (aluno) e as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu contexto imediato. Em um processo de contato direto, as influências desses atores são estimulantes do desenvolvimento do estudante.

Seguindo a construção desse estudioso, é salutar envolver o ambiente em que se está inserido para poder discernir que ele pode influenciar a maneira de pensar e agir. O jovem observa o comportamento dos indivíduos ao seu redor e pode considerar como modelos no processo de tomada de decisão. É diante desse cenário que a participação da Patrulha Escolar, como mais um ente do Estado e como uma referência positiva para os alunos, exerce um vetor de transformação e na construção de uma cultura de paz e cidadania através do exemplo.

Nesse sentido, o resgate de um ambiente escolar sadio, a redução dos conflitos, a valorização dos professores e alunos, além da elevação do nome da Polícia Militar, são alguns dos fatores que se acredita estarem incluídos no projeto Patrulha Escolar.

Na proposta de estudo, foi definido o período de 10 anos, em virtude do acesso documental a partir de 2003. Além disso, observa-se que em 2010, houve uma mudança no projeto do policiamento escolar, na qual foi instituída a Patrulha Escolar, que, diferentemente dos anos anteriores, altera toda a concepção de trabalho, e ao final de 2013, venceu o Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Prêmio Inoves), programa do Governo do Espírito Santo que premia práticas inovadoras no setor público, na categoria “uso eficiente de recursos públicos”.

Os resultados da Patrulha Escolar, ao que tudo indica são benéficos, porém existe a necessidade de balizar de forma científica, os dados apresentados para que possa ser registrado no meio acadêmico. A proposta é um estudo teórico, de natureza reflexiva, o qual consiste na ordenação de ideias sobre o trabalho da Patrulha Escolar. Exige, por isso, a capacidade de sistematização dos dados coletados, sua ordenação e interpretação.

2. JUSTIFICATIVA

Inicialmente, é importante considerar o fato de que o tema da violência na sociedade brasileira ganha o debate público cada vez maior com o processo de democratização.

Outro ponto é o fato de que a violência em meio escolar no Brasil decorre também da situação de violência social que atinge a vida das instituições de ensino, sobretudo as escolas públicas. Sem mencionar que o jovem está exposto a uma sociedade que se faz ao mar, com ondas violentas que os jogam contra os corais, sem o menor receio.

Diante desse cenário, é necessária a entrada do agente de segurança pública nesse complexo e sensível ambiente escolar, com objetivo de minimizar os impactos dessa violência que aflige as escolas.

Contudo, necessário levar em consideração que a formação profissional é arraigada em uma herança cultural militar, com exaltação da disciplina, da hierarquia, da unicidade militar, um contraponto aos movimentos juvenis, ou “cultura adolescente-juvenil” que, segundo Morin (2007), é ambivalente, já que participa da cultura de massa, mas procura, ao mesmo tempo, diferenciar-se. Nesse contraponto, o estudo se torna ainda mais laborioso.

Com esse desafio, as motivações para o desenvolvimento do tema da pesquisa referem-se não somente ao interesse do pesquisador em determinar quais os elementos essenciais para a implantação bem-sucedida de programas semelhantes, com as devidas adaptações às realidades locais, pelas Polícias Militares de outros Estados, pelas Guardas Municipais e outras instituições, estendendo-os às escolas do interior do Espírito Santo. O fato de ter sido professor da rede estadual de ensino no Espírito Santo, antes de me tornar policial militar, facilitará uma melhor percepção dos dois lados.

A atuação do agente público de segurança do Estado, desde o seu ingresso na carreira policial militar até o trabalho nas unidades operacionais, segue rotinas elaboradas, nas quais é moldado a desenvolver um endurecimento na maneira de atuar, o que pode levar à perda da sensibilidade.

Arruda (2013, p. 6) comenta que as polícias militares possuem uma farta tradição musical, que vem da Guerra do Paraguai, contudo o autor registra que as

polícias não necessitam reforçarem canções que enaltecem a guerra, o enfrentamento, o combate ao inimigo, característicos as Forças Armadas.

A afirmação do autor Arruda (2013) explicita que é necessária a mudança na formação policial militar, que ainda é baseada em uma eterna “luta” entre o bem e o mal, com mira na redução da criminalidade e da violência, mantendo um modelo orientado pela formação “combatente”, de defesa do Estado, e não da parceria com a comunidade. *“Do inimigo não temo a metralha. E desdenho até mesmo a morte. No entrelaço feroz da batalha. [...] Camaradas avante, marchemos! Carregar e amar baioneta. Pela Pátria querida lutemos.”* (Trecho da canção do soldado capixaba – PMES).

Silva Filho e Gall (1999, p.8) já demonstravam sua preocupação em relação à formação do policial militar. Segundo os autores, a formação é pautada em valores militares de disciplina rigorosa com atividade agressiva da polícia contra o “inimigo” nas ruas. Um antagonismo com o propósito da Polícia.

Quando se valoriza o policial repressivo ou o policial herói, está se desprezando a relevância social da profissão policial, principalmente na questão da prevenção à criminalidade e na responsabilidade social de cada agente policial (SANTOS, 2014).

Observou-se que a equipe da Patrulha Escolar era treinada para a mediação de conflitos, focada na prevenção e minimização dos impactos da violência social, conduzindo o policial a um caminho para realizar eficazmente seu trabalho.

Nesse contexto, torna-se interessante um estudo que aborde o trabalho da Patrulha Escolar, composta por policiais militares treinados sob o viés do enfrentamento ao inimigo (ARRUDA, 2013. SILVA FILHO, GALL, 1999), envolvidos pela canção que rege a PMES, mas que apostaram na mudança, alterando seus processos de atuação, obtendo grandes resultados no ambiente da escola pública que pede socorro devido à violência que advém de todos os lados. Moreira et al (1999, p.32) ressalta de um entrevistado em sua pesquisa sobre a Polícia Militar do Espírito Santo que “O treinamento não mudou: hoje tem Psicologia, tem Sociologia, mas a gente ainda é preparado para a guerra, e depois vai para a rua prá fazer trabalho assistencial”.

Portanto, a relevância do estudo é justamente contribuir com as pesquisas sobre violência escolar e a forma de atuação da Patrulha Escolar dentro desse ambiente estudantil. Dessa forma, este trabalho poderá abrir um horizonte para o debate sobre a formação e capacitação policial militar e também colaborará com a

expectativa das instituições de ensino, pois a adoção de um modelo de atuação pelos agentes de segurança pública, que respeite as peculiaridades do ambiente escolar, valorizará o desenvolvimento de uma cultura de paz que poderá refletir no aumento do desempenho escolar.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desse estudo é analisar o projeto Patrulha Escolar como promotor de construção de cultura de paz nas escolas públicas estaduais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para tanto, formulam-se alguns objetivos específicos:

- Caracterizar a Patrulha Escolar.
- Analisar esse modelo de policiamento que vai além das rotinas policiais.
- Estudar quais ferramentas que produziram efeito significativo na redução da violência no ambiente estudantil, por meio do policiamento escolar desenvolvido pela Patrulha Escolar.

4. MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, discutem-se questões que servirão como base do estudo, com apresentação de pontos que embasarão o tema e demonstrarão que há um diferencial na atuação da Patrulha Escolar para a construção de uma cultura de paz na instituição de ensino público estadual se comparado ao policiamento ordinário de unidade policial de área, além de outros pontos sobre a violência e sua influência no ambiente escolar.

4.1 CULTURA DE PAZ

Para o entendimento do conceito de cultura de paz, é interessante iniciar pela compreensão da palavra paz. Essa é uma das palavras das mais simbólicas e representativas, pois reflete o desejo profundo de toda a humanidade, já que todos almejam a liberdade e a igualdade de dignidade e direitos.

Boshi (2018, p.872), fez uma análise dos documentos da ONU e da UNESCO referente à “cultura de paz” e avaliou que é pautado na ideia utópica de paz mundial, dos conflitos políticos, sociais e econômicos existentes nas relações entre os países.

Contudo, para a Defourny (2010) a paz não foi alcançada simplesmente por acordos, sejam econômicos, políticos ou de outra forma, mas com muito sangue e suor, visto que a humanidade necessitou passar por duas grandes guerras mundiais, por muita indiferença, preconceitos e intolerâncias para perceber que é necessária a solidariedade intelectual e moral para a manutenção e o desenvolvimento da humanidade.

Se ampliar o conceito com a questão da guerra, observa-se que ela inicia no interior dos homens e dessa forma a paz deve ser construída também nesse ambiente. Portanto, para o cultivo da cultura de paz precisam-se adotar atitudes e comportamentos que incluam crianças, jovens e adultos, isto é, envolver a todos de uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, pela justiça, pelos direitos humanos, pela democracia, como a tolerância, a igualdade e a solidariedade (MATSUURA, 2000).

Cultura de paz constitui-se, assim, em um processo dinâmico que ocorre de forma individual e coletiva, buscando transformar as mais diversas sociedades. Sugere uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem estado presente em qualquer sociedade, em seus mais variados contextos (MATSUURA, 2000).

Para a prática da cultura de paz, necessitamos ter claramente que ela está relacionada à prevenção da violência e à resolução não violenta dos conflitos.

Dessa maneira a mudança da cultura da violência para a da cultura de paz necessita mudar o paradigma de que o uso da violência é eficaz na resolução de conflitos.

4.2 A VIOLÊNCIA E ALGUNS CONTEXTOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Ao fazer apontamento sobre a violência nos dias atuais, pode-se dizer que se tornou uma forma de sociabilidade, pois por meio da violência se obtém afirmações de poderes legitimados por uma determinada regra social, atribuindo uma forma de controle social (SANTOS, 2009). A violência, nesse sentido, proporciona poderes que entrelaçam as relações sociais, marcando as relações entre grupos e as classes.

Imbert *et al* (2001) e Minayo *et al* (1999) inserem em seus registros que, por trás da violência, existe muita desigualdade social. A violência aparece com os problemas sociais. No fundo, segundo os autores, a violência é o aumento existente entre a diferença dos ricos e o ressentimento dos pobres. Imbert *et al* (2001, p.127) acrescenta dizendo, que nos casos de ações violentas o agressor foi antes uma pessoa foi vulnerável.

De acordo com Melanda *et al* (2018, p. 9) a violência é um complexo fenômeno resultante em boa parte das relações na sociedade, da comunicação e dos conflitos de poder e experiência de vida de cada cidadão. O artigo da autora (MELANDA *et al*, 2018) compreendeu que a violência escolar deve ser percebida sob a ótica de uma violência que ocorre também na sociedade e nos arredores das escolas, advindo principalmente da exclusão social e intimamente ligada a outros aspectos, como falta de perspectivas e oportunidades de trabalho, tráfico de drogas e desigualdades sociais.

Para Botler (2016, p.721) a violência ocorre devido à ausência de ações efetivas e metódicas para revertê-las, incidindo seja nas relações interpessoais de forma geral, seja nas relações de poder e conflitos efetivamente presentes nas escolas. Para a autora (BOTLER *et al*, 2016), a ausência de ações educativas e/ou

preventivas após as injustiças geram novas sensação de mal-estar, gerando novamente violências e conflitos.

Segundo Charlot (2002), a violência na escola advém do século XIX, em escolas do antigo 2º grau, com picos de violência que eram remediadas com prisão: “elas bateram em mim e ainda cortaram meu cabelo [...] Só porque estou namorando um menino que já namorou uma delas” (depoimento de uma estudante da rede de ensino médio público estadual). O relato da aluna indica que a violência torna a escola um palco dos enfrentamentos, ou diríamos, ringue, para a solução dos conflitos. Santos (2010) afirma que as violências múltiplas escolhem a escola como ambiente dos conflitos sociais. O autor acrescenta que essa conflitualidade coloca em risco a tradicional função da instituição de ensino, ou seja, a socialização das novas gerações.

Nesse mesmo sentido, Herbert (1999) aprofunda essa relação de violência na instituição de ensino, dizendo que para entender e poder agir sobre o comportamento agressivo dos jovens no ambiente escolar é preciso abarcar os comportamentos dos diversos atores, os valores dominantes e as estruturas organizacionais. Sem esquecer as relações sociais que trazem grandes desigualdades e injustiças para esses jovens alunos.

Blaya (2006) também comenta que a etiologia das violências escolares é complexa, identificando que a origem de incidentes perturbadores ou violentos pode se registrar em crianças com distúrbios do comportamento que podem ter sido favorecidos por outros fatores, como contexto familiar, social e até mesmo escolar (BLAYA, 2006, p. 128).

Para Mangini em Medrado *et al* (2008), a violência pode aparecer de uma forma simbólica ou concreta, sendo esta caracterizada por atitudes físicas, enquanto aquela é sutil e ajuda a esconder os conflitos, como, por exemplo, o autoritarismo de professores. Essa teoria é compartilhada por Machado em Medrado *et al* (2008) e apoiada em Mafesoli (1998).

Outro ponto interessante é a relação da violência escolar com as drogas. Medrado *et al* (2008, p. 224) afirma que, além da dependência física e psíquica das drogas, que podem contribuir na influência do aluno na escola, a violência e a criminalidade podem ser decorrentes do consumo de drogas.

Schilling (2004) aborda a questão dizendo que é necessário exercitar um olhar informado sobre a problemática, identificando a multiplicidade da violência,

compreendendo onde ocorre, como ocorre, quem são os envolvidos, como atuar e como reparar os danos provocados pela violência.

Em contrapartida, Guimarães *et al* (1998) discute que deduzimos normalmente que a violência que se desenrola no interior das instituições de ensino seria um efeito cascata daquilo que é gerado em exterior, porém a autora coloca a possibilidade de atribuir essa gênese aos meandros de diferentes práticas institucionais, com seus objetos, atores e práticas singulares (GUIMARAES *et al*, 1998, p. 10).

Sob o prisma de Charlot (2002), é interessante separar e distinguir “as violências” no contexto escolar. Existe a violência na escola, como propriamente é dito, ocorre no seu interior, dentro do seu espaço, envolvida pela atividade escolar ou não. Uma briga de alunos ou a entrada de alguém estranho que comete violência dentro da escola, isto é, na escola. Existe também a violência à escola, é a violência que liga a instituição e seus entes. Por exemplo, a depredação, a agressão a servidores escolares, uma violência à instituição de ensino. Cabe ressaltar que se há violência na escola, muito provavelmente há violência à escola. Por conseguinte, temos a violência da escola. Essa representa uma grande ameaça à formação dos jovens, que serão marcados por quem deveria acolhê-los e incentivá-los. A violência da escola é caracterizada pela rejeição, exclusão e uso da força como maneira de dominação utilizada pelos servidores e até mesmo pela estrutura que o Estado oferece para a educação.

Escolas sucateadas são bons exemplos de violência da escola, e, claro, do Estado, contra os alunos. O sentimento de estudar em uma escola em péssimas condições, em que não existam cadeiras suficientes ou em cujas salas de aula chova é uma violência contra todos que estão presentes e contra a comunidade também.

Segundo Sajo em Medrado *et al* (2008), há casos que surgem de uma formação reativa ao ensino em consequência de uma tenebrosa e mal elaborada transição familiar ao grupo social.

Existe uma distinção interessante, sob o ponto de vista teórico e prático, elaborado por pesquisadores franceses. Eles separam a violência, a transgressão (indisciplina, como é comumente conhecida) e a incivilidade. Para eles, a violência é a utilização da força e da ameaça contra a lei, já a transgressão é a conduta contrária ao regulamento interno da escola. Já a incivilidade não se contrapõe contra a lei e

nem contra o regimento interno da escola, mas contra as regras da boa convivência (CHARLOT, 2002).

Para Medrado *et al* (2008), a violência urbana advinda da discriminação racial também é projetada em ataques contra instituições escolares por meio de revoltas.

De um modo geral, segundo Gonçalves e Tosta (2008), o descaso das autoridades governamentais, a falta de infraestrutura material, administrativa e de recursos humanos, as agressões físicas e verbais entre alunos e professores, o tráfico de drogas, as mortes nas dependências escolares, entre outras situações, conferem à escola um triste *status* de protagonista nesse contexto de violência.

Há também a concepção de que determinadas ações violentas ultrapassam o espaço dimensionado, que Valente (2012) expressa em áreas geométricas, como plano local, nacional, regional e internacional. Segundo o autor, a topologia segurança se exprime como poliédrica, acrescentando que respeitar essa representação formal e visual de uma topologia poliédrica é entender que, mesmo definida em uma geometria territorial, ela possui uma ordem não residual ou limitada, sendo uma geometria flexibilizada e obtusa, condicionada à teoria gravitacional do tempo e do espaço.

Nessa arquitetura, o impacto de determinados crimes ultrapassa os limites do polígono localizado e ganha dimensão espacial nacional, marcando a questão real do crime e a cognição desse crime, ampliando o dano para outros planos. Isso acontece porque a comunicação de um crime ultrapassa a dor da vítima que sofre diretamente o dano e atinge os membros da comunidade local, que se veem como uma vítima em potencial, dada a proximidade. Em consequência, surge a preocupação da comunidade nacional, entrando na perspectiva da cognição, pois as pessoas sentem que seu espaço de segurança está menor e que podem vir a ser atingidas. Normalmente, essa ampliação de planos é gerada pelo efeito gravitacional do crime, potencializado pelos meios de comunicação (VALENTE, 2012).

Diante das inúmeras visões apresentadas, o trabalho seguirá apoiando-se mais na abordagem social dos autores, sem deixar de lado totalmente as demais visões. O estudo buscará entender a violência com olhar Schilling (2004) e Minayo (1999), identificando o ambiente conforme Santos (2010) e analisando como Chalot (2002) e Herbert (1999). E dessa forma, tentará aflorar o que a parceria entre o ambiente escolar e os Policiais Militares da Patrulha Escolar conseguiu construir. A

análise sobre a percepção da cultura de paz na instituição de ensino, o reconhecimento e valorização dos profissionais da segurança pública, a melhoria do ambiente de trabalho para os servidores da educação e a ampliação dos resultados positivos dos alunos.

4.3 UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE DA JUVENTUDE

A juventude é uma fase da vida em que se ocorrem as mudanças físicas, sexuais, cognitivas e emocionais, na qual os arquétipos de comportamento do futuro adulto são constituídos. Nesse momento, os jovens experimentam novas práticas e comportamentos com o objetivo de maior autonomia, o que pode levar a situações de risco no universo das violências e acidentes (PINTO et al, 2018, p. 2).

O comportamento dos jovens pode expressar ambiguidades, contradições e potenciais da ordem social vigente, já que seus valores, comportamentos, aspirações e vícios são, em grande maioria, fruto do aprendizado que recebem do chamado “mundo adulto” (TRASSI, 2010, p. 61), mesmo quando negam, rejeitam ou tencionam o que aprenderam.

Araújo (2002) apresenta a construção da identidade da juventude como algo extraordinariamente plástico e dinâmico que, em algumas situações, aparece como algo explosivo, por se tratar de um fenômeno surpreendente e fascinante. Os jovens ora são descritos como rebeldes e desviantes, ora como frágeis e acomodados ou pobres alienados – atualmente são vistos como protagonistas de uma violência extrema, sem rumo e sem limite (ARAÚJO, 2002, p. 11).

Pensar os jovens usando as contribuições de Certeau (2014, 2011), ou seja, pensar a partir da vida cotidiana nos movimenta a romper com estereótipos e/ou classificações que muitas mais excluem do que acolhem esses praticantes que muitas vezes são “rotulados” de violentos, por exemplo.

Para o autor, o cotidiano

[...] é aquilo que é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com essa fadiga, com este desejo (2003, p. 31).

Nessa direção, algumas perguntas podem ser feitas? Como se tem praticado o cotidiano? Que práticas produz, no sentido da ampliação da vida e não de sua negação e/ou diminuição?

Nesse modo o jovem compreende a vida, reflete sobre sua maneira de agir, porque pensar e ser é complexo, não pode ser resumido, ser simplificado, ser racionalizado. O simples não o representa, pois é apenas um momento, e por se tratar de um ser complexo, temos que considerar tudo que envolve essa complexidade em um pensamento complexo, com influências internas, externas, distinguindo e não separando (MORIN, 2007; PETRAGLIA, 1995).

Nesse pensamento, pode-se dizer que a complexidade dá a liberdade, nesse tecido enredado de ligações, alterando a figura do determinismo. Cada um constrói o próprio destino a partir das escolhas, sejam elas conscientes ou não. Dessa forma, não há cálculo aritmético que defina esse tecido vital, pois a vida humana não pode ser resumida em fórmulas; o que está exposto é muito superficial e não define a nossa maneira de ser.

4.4 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O AMBIENTE SOBRE O INDIVÍDUO

- “Não conheço meu pai e nem minha mãe [...] eu moro com meu tio [...]
- Onde?
- Em um quarto que eles possuem no terreno. Eu não moro na mesma casa que eles.”

A fala inicial é de um dos inúmeros relatos obtidos na rede estadual, de um aluno de 16 anos, durante uma reunião com os responsáveis (que não compareceram), a escola, o Conselho Tutelar e a Patrulha Escolar, após um ato de agressão verbal dentro de sala de aula. Esse é um dos variados cenários que desafiam a multiplicidade de atuação na juventude tanto pela escola como pela Patrulha Escolar.

É preciso compreender, e não apontar o culpado, pois não se pode deixar de compartilhar a responsabilidade com a própria sociedade. A inocência de uma criança que atualmente fere e ofende um professor precisa ser avaliada: como ela aprendeu esse comportamento?

Pela linha da psicologia, é interessante inserir o olhar de Kurt Lewin (1965), que colaborou para a psicologia ambiental com a equação: $C=f(P \times A)$, segundo a qual a visão psicológica tradicional de ambiente (A) determinando o comportamento (C) é confrontada pela constante interação (a multiplicação) entre pessoa (P) e ambiente, que influenciam-se mutuamente, são variáveis interdependentes.

É salutar envolver o ambiente em que estamos inseridos para poder discernir que ele influencia a nossa maneira de pensar e agir. Tanto é claro quando abrimos a lente para o relato do aluno que “mora” com a família do tio, mas na verdade está isolado do contexto familiar. Ele habita um quarto no quintal, sem conexão com a casa. Em função das práticas produzidas entre esse jovem e sua família, encontramos algumas pistas que nos fazem supor que não há uma convivência entre eles. Parece viver isolado... A princípio pode soar como a liberdade de ter seu próprio espaço, mas em conversa¹ com ele ouvimos a seguinte frase: “eles me deixam dormir aqui”... (JOVEM).

Outro pesquisador, Urie Bronfenbrenner (1996), desenvolveu um trabalho com enfoque psicossocial, dentro da psicologia do desenvolvimento, ultrapassando os limites do desenvolvimento humano, num estudo que enfatiza processos causais bidirecionais entre pessoas e ambiente. Bronfenbrenner, durante sua infância, ficou instigado ao acompanhar seu pai, que era médico e tratava de pessoas com sofrimentos psíquico e/ou necessidades especiais cujos coeficientes intelectuais diminuía após algumas semanas de internação, o que era comprovado por uma segunda avaliação. Contudo, os pacientes considerados menos doentes na avaliação inicial podiam trabalhar fora do sanatório, na casa de funcionários. Estes aumentavam seus coeficientes intelectuais após deixarem a instituição (Bronfenbrenner, 1996).

É instigante relacionar os trabalhos de Bronfenbrenner com o ambiente de sala de aula, pois dentre os diversos estudos, o trabalho baseado na Sociometria de Moreno argumentava que o indivíduo e o grupo são unidades orgânicas que se inter-relacionam, influenciam-se e, dessa forma, não podem ser estudados separadamente (BRONFENBRENNER, 1996).

O estudo do desenvolvimento humano é estimulante para associar ao contexto dos jovens, pois Bronfenbrenner (2005) afirma que o desenvolvimento depende de quatro dimensões que interagem entre si, denominadas de “Modelo PPCT” – Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. E nesse estudo, a abordagem do processo merece destaque nesse mecanismo, pois se relaciona com as interações recíprocas, gradativas, entre o sujeito e as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu contexto imediato.

¹ Essa conversa aconteceu na escola com a presença da coordenação, o estudante e a patrulha escolar. Os responsáveis não compareceram.

Segundo Benvenuti et al (2017, p. 368), o indivíduo a todo tempo manipula e modifica o ambiente ao seu redor. Relações sociais que se constroem nesse ambiente envolvem unidades comportamentais entrelaçadas em que pessoas ora atuam sobre o ambiente, modificando-o, ora funcionam como aspectos críticos do ambiente em que outros atuam.

Segundo Morin (2007), não existe um fator definidor na vida, pois o destino não pode ser uma equação matemática, mesmo sendo possível que existam alunos onde o ambiente estudantil possua atores que cometem delitos, cujo símbolo maior é a força e o poder, e os objetos são armas e dinheiro, e esses alunos, com desejo imediatistas sofram influencias. Daí a necessidade de incluir novas influências para contornar ofuscar futuros perniciosos. Nesse processo de contato direto, as influências de qualquer ator é estimulantes do desenvolvimento do sujeito.

Cabe ressaltar que tanto os alunos como os servidores estão expostos a esse processo, em menor ou maior escala, mas todos sofrem influência positiva ou negativa. Segundo Bronfenbrenner (2005), há outros pontos de influências, ele aborda que recursos sociais e materiais são promotores de processo proximais, tais como cuidado parental, boa alimentação, moradia, recursos esses muitas vezes ausentes ou insuficientes na vida dos alunos de escola pública.

Para Bronfenbrenner (2005), é importante entender que uma experiência negativa no microssistema do indivíduo, como uma abordagem policial violenta com um familiar fora do contexto escolar, muito provavelmente influenciará o desenvolvimento desse aluno, e este terá dificuldade de aceitar o convívio com os policiais dentro do ambiente de ensino.

É preciso ter um olhar multidisciplinar para essas questões, uma visão de diferentes pontos de vista, por esse motivo é interessante acrescentar ao estudo a percepção da psicologia ambiental. Para essa linha de pensadores, reforça Bronfenbrenner (2005), o ambiente é algo real que potencialmente exerce algum efeito sobre o comportamento de um único indivíduo ou de grupo de indivíduos, o ambiente nunca é indiferente, pois a ausência ou a presença de determinados elementos sempre impactam ao menos uma percepção. Esse ambiente estudado pode ser sua casa, seu vilarejo, seu município, sua escola. A relação indivíduo-ambiente é uma relação dinâmica, pois há uma troca de influências, o indivíduo se harmoniza com o ambiente para que este supra suas necessidades. Segundo Canter

(1975), nos adaptamos a nosso próprio ambiente, e depois esse ambiente molda o nosso comportamento.

Nesse mesmo sentido, nas relações entre o comportamento dos alunos e os problemas do meio, entende-se que diferentes situações ensejam a preservação do ambiente, possibilitando sua degradação em outras situações (CORRAL-VERDUGO, 2001).

Nessa mesma corrente de pensamento, temos que grandes emoções podem estar vinculadas a um ambiente, sendo que este pode provocar sensação de privacidade, controle e segurança. Para muitas pessoas, as emoções se alteram de acordo com a mudança de ambiente, podendo gerar estresse e alterações significativas no humor (KORPELA,2002).

4.5 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Em meados de 1829, na Europa, mais especificadamente em Londres, Inglaterra, segundo Bitter (2003) e Monteiro (2005), o governo local sentiu a necessidade de humanizar a então polícia metropolitana. O ministro do interior da época, Sir Robert Peel, desenvolveu 09 (nove) princípios norteadores do novo modelo que atenderiam aos anseios tanto da sociedade em geral como do Estado, pois a população era temente a uma força policial que se opusesse com violência na repressão aos protestos, criando um clima ainda mais impopular do governo. Essas mudanças promoveram uma profunda reforma na polícia da Inglaterra e proporcionou uma redução significativa dos crimes, pois baseava suas ações em um trabalho com a participação da sociedade. O conceito de policiamento profissional voltado para a sociedade foi implementado com os princípios de Sir Robert Peel, fundamentado no respeito e na relação com o morador da capital londrina. Nesse sentido, os autores (BITTER, 2003; MONTEIRO, 2005; MIKI, 2010,p.106), ao comentar a história da Polícia Comunitária, citam os nove princípios centenários apresentados por Sir Robert Peel em 1829:

1. A razão de existência da polícia é a prevenção do crime e da desordem.
2. O desempenho policial, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido, positivamente, pelo público.
3. Para obter e manter o respeito do público, a polícia deve incentivar a cooperação da população e a observância voluntária da lei.

4. Quanto maior a cooperação do público menor será a necessidade do uso de força física, pela polícia.
5. A confiança da população na polícia não está relacionada a agradar à opinião pública, mas sim pela demonstração constante de imparcialidade absoluta à lei, no serviço diário.
6. A necessidade de uso de força física, pela polícia, só ocorre quando o diálogo, aconselhamento e alertas falharam.
7. Os policiais devem manter, o tempo todo, seu bom relacionamento com a comunidade, a ponto de fazer valer a tradição histórica de que a polícia é a população e a população é a polícia; polícias constituem-se unicamente de membros da comunidade que assumem, em tempo integral e profissionalmente, os deveres que incumbem a cada cidadão, no interesse do bem-estar da comunidade.
8. Policiais devem sempre agir em acordo às suas funções legais e nunca usurpar os poderes do Judiciário.
9. O bom desempenho nos trabalhos policiais é validado pela ausência de crimes e desordem, e não nas evidências visíveis (prisões, por exemplo) da ação policial ao lidar com estas questões.

O modelo de policiamento inglês, como se pôde observar acima, sugere uma forma de atuação policial voltada para os cidadãos.

É importante ressaltar que esses princípios são elencados em uma socialização, quase que exclusivamente da cooperação entre a comunidade e a polícia, proporcionando uma sensação de segurança por meio do respeito, aprovação e confiança.

Quase 200 anos depois, os princípios são definidos como norteadores para as polícias modernas, por meio da aproximação do cidadão. As ideias de Sir Robert Peel definem uma força policial democrática e acima de tudo ética. Nesse modelo de policiamento, os policiais são vistos como cidadãos da própria comunidade local, pelo seu estreito relacionamento com a sociedade.

De acordo com Braga (2015, p. 18), nos Estados Unidos, os programas de policiamento comunitário foram inicialmente inseridos nos bairros com altos índices de violência e com uma significativa ausência por parte do Estado, com o propósito de resgatar a imagem da instituição e restituir a legitimidade da prática policial na região, vista anteriormente como violenta, brutal e inadequada.

Já Ribeiro *et al* (2016, p. 633) avalia que o policiamento comunitário na América Latina, em especial no Brasil, é apenas uma estratégia para mudar de nome as atuações policiais com o objetivo de alcançar maior legitimidade frente à população, pois as ações continuam sendo estruturadas com base na hierarquia e no uso de força. A polícia continua realizando as mesmas atividades de patrulhamento repressivo, mas com um layout conveniente ao contexto democrático e, portanto, menos suscetível à rejeição pela sociedade.

4.5.1 Definições sobre o policiamento comunitário

Segundo diversos autores, o sentido mais usual sobre a polícia comunitário é a definição de que ela é uma filosofia e uma estratégia organizacional, que sugere e possibilita a polícia trabalhar em conjunto com a comunidade, com o propósito de resolução dos problemas em conjunto, com uma participação ativa dessa comunidade (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994; BAYLEY, 2001; RICO; CHINCHILLA, 2002; MACAMO, 2005; MINT, 2011).

Para Rico e Chinchilla (2002), a proposta de estratégia organizacional do policiamento comunitário é promover táticas com o objetivo de reduzir as causas e o medo ocasionados pelo crime e desordem social, com resolução de problemas em parceria com a comunidade.

Macamo (2005) reflete sobre o tema inserindo que o policiamento comunitário é uma filosofia, contudo a sua implementação necessita de uma vontade política bem forte e esclarecida, pois dependerá de esforços tanto das forças policiais como da comunidade, desconstruindo práticas antigas e construindo novos laços de entrosamento e participação.

Marcineiro (2009) faz uma clara distinção entre policiamento comunitário e Polícia Comunitária. A primeira é a execução da estratégia comunitária, a forma de atuação, emprego policial que tenha como objetivo a prevenção e inibição de práticas contrárias à preservação da ordem pública por meio da ostensividade. A segunda, Polícia Comunitária, é bem mais ampla e torna-se uma filosofia, é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para a resolução dos problemas e para prevenção da criminalidade.

Trajanowicz e Bucqueroux (1998) compreendem que a Polícia Comunitária é uma proposta de mudança e inovação nos procedimentos e relações policiais com

a comunidade, não aceitando mais as práticas autoritárias, pois define como regra a participação ampla e irrestrita da sociedade no planejamento, execução e monitoramento das ações e políticas de segurança.

Da mesma maneira, Skolnick e Bayley (2002) ressaltam a importância da Polícia Comunitária como política pública de segurança. E acrescentam que o modelo comunitário insere uma nova responsabilidade para a polícia, em parceria com a sociedade, para a manutenção da ordem e da lei.

Ainda Skolnick e Bayley (2002) colocam quatro inovações essenciais à Polícia Comunitária, sendo elas a organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade; reorientação das atividades do policiamento focando serviços não essenciais com o envolvimento da comunidade na participação da prevenção do crime; descentralização do comando da polícia por áreas e, por conseguinte, a participação da sociedade no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação das atividades de policiamento.

Nesse sentido, cada passo da Patrulha Escolar foi construído com base nesse contexto de aproximação, com envolvimento da comunidade na prevenção e na construção de ações, como também no monitoramento e avaliação. Isso foi possível, também, devido ao resgate na confiança da instituição. Sem a confiança as ações, mesmo que abrindo a participação, seriam pouco efetivas.

A Patrulha Escolar, a partir de uma necessidade, dado que o policiamento tradicional não surtia mais efeito, constatando-se que cada atendimento realizado pela Polícia Militar causava um dano ao ambiente escolar, buscou um modelo de trabalho que envolvesse a comunidade escolar para participação, discussão e compartilhamento de responsabilidade.

O ponto de partida foi identificar os problemas da comunidade escolar para servirem como guias no trabalho policial, pois o trabalho policial deve ter por objetivo principal garantir a segurança dessa comunidade. Um outro ponto é que o trabalho foi promovido pela força policial e efetuado pela força da comunidade, no sentido de atingir a cooperação entre ambas as partes e garantir, em conjunto, a segurança do ambiente escolar.

Todas as propostas de policiamento comunitário iniciam-se pelo convite da comunidade para a participação. Nesse sentido, a Patrulha Escolar também começa a atuar ouvindo aqueles a quem a segurança pública atenderá, no caso, a escola. A

partir desse ponto, foram iniciados os desenhos de como seria a criação de um modelo de policiamento escolar.

A Polícia Militar poderia, como existe o hábito de fazer, criar um modelo por conta própria e implantar a sua tática de policiamento escolar e, ao final, apresentar à comunidade, porém essa estratégia é contraditória ao princípio básico da filosofia da Polícia Comunitária, que sempre pressupõe a coexistência de um trabalho cooperativo entre a população e a polícia.

Segundo Camargo (2015) o aperfeiçoamento de uma sociedade se faz por meio da educação cooptando e estimulando o cidadão a ser ativo no processo, como coautor do seu próprio processo de desenvolvimento, em vez de ser mero sujeito passivo.

Por esse motivo a Patrulha Escolar convidou a comunidade escolar para a participação no processo de construção de um modelo que atendesse aos anseios da escola e não apenas da segurança pública.

Outro ponto interessante na construção do modelo de policiamento escolar foi o foco na prevenção, permitindo que os policiais, em conjunto com a comunidade escolar, tomassem decisões para a resolução de conflitos, sempre pautados pela legalidade.

À medida que a atuação da Patrulha Escolar se tornava recorrente, os resultados concretos começaram a aparecer e a confiança entre todos começa a ser mais um propulsor de resultados.

Com o modelo de policiamento escolar comunitário, com viés na prevenção, toma corpo a adesão de todos, podendo-se dizer que o processo de polícia de proteção da dignidade humana vai além do simples cumprimento da legislação. Isso, segundo Camargo (2015), aliado a uma mudança comportamental da polícia e da comunidade, em uma metodologia de reeducação segundo a qual o policial entende que as soluções de segurança pública não são unilaterais, e sim uma busca participativa com a sociedade, faz com que a população desconstrua a imagem do policial como um agente de repressão, com foco na prisão de infratores. A atividade repressora da polícia faz com que a comunidade deseje distância devido ao medo.

Nesse sentido, os policiais da Patrulha Escolar se tornaram conhecidos da comunidade estudantil como aliados na prevenção, como protetores, com respeito e confiança, envolvendo uma empatia profissional que faz com que a comunidade demonstre cordialidade e solidariedade para resolução dos conflitos.

Nessa estratégia, a Patrulha Escolar conseguiu melhorar significativamente a qualidade de atuação e, por conseguinte, potencializou as ações policiais de prevenção. Essa parceria comunitária fortaleceu a atuação da Polícia Militar bem como a identificação e priorização de problemas locais e a formulação das soluções em conjunto.

A estratégia operacional, construída com base no policiamento comunitário, foi fundamental para o sucesso do projeto de prevenção primária, o objetivo da Patrulha Escolar. Nesse aspecto, o trabalho também auxiliou a Secretaria de Estado da Educação a enxergar, pelos olhos da segurança pública, questões pontuais, mas importantes, para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

A Patrulha Escolar foi além de apenas agir repressivamente em casos delituosos no ambiente estudantil, ela se propôs mostrar mais uma referência positiva e saudável que reforçava a valorização da autoestima dos alunos.

Os alunos, ao verem e principalmente enxergarem o policial da Patrulha Escolar como uma referência em suas vidas, dispõem de um novo leque de opções e uma possibilidade de construção de sonhos que há tempos estão se fragmentado em consequência da violência vivida diariamente por eles.

A Patrulha Escolar também, por meio dessa proposta de policiamento comunitário, permitiu a ampla participação de segmentos organizados, como as associações de pais e de moradores, bem como também agentes do Estado, podendo-se citar o Ministério Público Estadual, os Conselhos Tutelares, a Polícia Civil, o Poder Judiciário. O trabalho foi desenvolvido por várias mãos, principalmente da SESP e da SEDU. Esses que, trabalhando em conjunto, conseguiram, por meio do projeto, lograr êxito no quesito segurança escolar.

Foi com discussões democráticas entre os atores sobre a temática da escola que houve promoção da sinergia para a execução dos trabalhos. Ficou bem claro, inclusive na entrevista com os policiais, que a participação e atuação deles em conjunto com a comunidade escolar, nesse processo contínuo de aproximação, elevou a autoestima dos policiais da Patrulha Escolar. Esse aumento na autoestima desempenhou papel importante na melhoria da performance e na qualidade do serviço prestado pelos policiais. Seguindo os princípios de Sir Robert Peel, o reconhecimento da população estimulava o comprometimento dos policiais com o trabalho, que levava

à melhoria do desempenho, que acarretava mais reconhecimento por parte da escola e assim por diante, em uma constante evolução.

O resultado vai além dos números, pois não houve um registro de policiais da Patrulha Escolar com dispensa médica no período de 2010 a 2013 proveniente de causas laborais. Além disso, os atendimentos repressivos caem vertiginosamente e, em sentido oposto, os atendimentos preventivos crescem e encorpam o trabalho, sendo que fechou o ano de 2013 com mais de 5.000 (cinco mil) atendimentos, sendo 98% de prevenção primária.

A capacitação continuada do efetivo da Patrulha Escolar contribuiu decisivamente na qualidade do atendimento. A mediação de conflito é um aspecto rotineiramente abordado nas reuniões mensais de acompanhamento de resultados.

Essa mediação de conflito se torna referência para a comunidade escolar, pois os alunos que cometiam atos infracionais ou indisciplinas graves eram, após as medidas administrativas ou criminais adotadas, convidados para uma reunião com seus responsáveis, Conselho Tutelar, coordenação escolar e os policiais da Patrulha Escolar. O aspecto positivo dessas reuniões foi a compreensão do motivo que levou o aluno a cometer atos infracionais ou disciplinares, propiciando tranquilidade para os responsáveis, escola e principalmente para os alunos, dado que seu retorno ao ambiente escolar não era mais traumático. Isso fez inclusive com que se evitasse a evasão escolar, tão comum quando o aluno sofre alguma sanção grave.

Portanto, são nítidos os benefícios que a mediação de conflito proporciona nesse processo de harmonização pós-traumática, tanto para o aluno e a família como para a escola. Ela traz benefícios perenes à comunidade escolar, evitando assim possíveis retaliações por parte do aluno e demonstrando a ele como a escola é uma grande oportunidade de crescimento e uma porta para oportunidades positivas.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada visa responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos do estudo, de maneira a caracterizar, investigar e estudar a Patrulha Escolar. Dessa forma, a metodologia empregada buscará o caminho mais adequado para atingir os objetivos da pesquisa. Descrevem-se aqui os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa (GIL, 2002, p. 162).

5.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho apresenta a forma de estudo de caso, dada a necessidade de um estudo aprofundado de um objeto, de forma que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002).

O caso escolhido foi a Patrulha Escolar, projeto desenvolvido nas escolas da rede pública estadual da região metropolitana da Grande Vitória. Esse projeto inovador foi construído em parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, por meio da Polícia Militar. Foi vencedor do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo – Prêmio Inovex (ANEXO E) em 2013, programa do governo do Espírito Santo que premia práticas inovadoras no setor público.

Foram despendidos quase 3 meses de pesquisa de campo, no qual foram coletadas as entrevistas (APENDICE A e B). A busca documental vem sendo construída desde 2009, visto ser um desejo deste autor, o regramento em pauta científica, da criação e do trabalho da Patrulha Escolar. Além da projeção neste estudo, da experiência *in loco* que esse autor teve ao trabalhar no Sistema de Segurança Escolar - SISE no período de 2009 até 2013, onde participou da criação e do desenvolvimento da Patrulha Escolar.

Segundo Figueiredo (2007), o método que associa análise estatística à investigação dos significados das relações humanas privilegia uma melhor compreensão do tema a ser estudado e facilita a interpretação dos dados obtidos. Outros autores também complementam o pensamento para esse tipo de estudo. Para Polit *et al.*, (1995), a abordagem quanti-qualitativa é aquela que permite o envolvimento entre palavras e números, linguagens principais da comunicação humana.

Este trabalho utiliza a técnica quanti-qualitativa, tendo em vista que o caráter do objeto pesquisado precisou buscar a análise dos dados, como também uma apreciação interpretativa das informações coletadas em entrevistas e a atribuição de seus significados.

5.2 DOS PARTICIPANTES

Os sujeitos da pesquisa foram definidos em grupos, conforme o seu papel no contexto da instituição de ensino e da Patrulha Escolar, por poderem contribuir com a compreensão, enriquecer os dados e possibilitar o entendimento do estudo em questão.

Dessa forma, os participantes da pesquisa foram profissionais da educação (coordenação/direção/pedagogos) - Educadores, professores, alunos da rede pública estadual de ensino e policiais militares da Patrulha Escolar.

A escolha das escolas foi dada pela facilidade e interesse do autor, privilegiando os entrevistados que atuaram anteriormente ao Prêmio Inoves de 2013, isto para profissionais da rede pública estadual de ensino, professores e policiais militares cedidos à SEDU. Já os alunos são do momento atual, pois haveria grande dificuldade em captar um que estivesse matriculado há mais de 5 (cinco) anos no ensino médio

É relevante enfatizar que, em 2013, a Patrulha Escolar atuava em 155 (cento e cinquenta e cinco) escolas da rede pública estadual, com aproximadamente 300 mil pessoas – alunos e profissionais da educação –, atuando em 100% da região metropolitana da Grande Vitória, exceto no município de Fundão.

No total, foram feitas vinte e seis (26) entrevistas, uma entrevista para cada entrevistado, divididas em uma escola no município de Serra, uma no município de Cariacica e uma em Vitória, atendidas pela Patrulha Escolar desde 2013, no mínimo; três (03) policiais da Patrulha Escolar que atuaram em algum momento do período de 2010 a 2013; três ou quatro (03 ou 04) servidores em cada escola e a mesma quantidade de professores que possuíssem no mínimo seis (06) anos de atuação na rede pública estadual de ensino; um (01) aluno em cada escola.

As entrevistas foram ordenadas por ordem cronológica dos grupos pesquisados, com intuito de resguardar os sujeitos da pesquisa. As tabelas mostram o perfil dos entrevistados na pesquisa, detalhando-se o gênero (M para o sexo

masculino e F para o sexo feminino), a idade, a formação escolar e o tempo de serviço público e função (exceto para alunos – tempo de serviço público).

Tabela 1 - Perfil dos profissionais da educação entrevistados - Educadores

Entrevistados	Gênero	Idade	Escolaridade	Tempo de Serviço Público Estadual
Educador A	F	39	Pós-graduado	09
Educador B	F	35	Pós-graduado	07
Educador C	F	53	Pós-graduado	19
Educador D	M	45	Pós-graduado	15
Educador E	F	42	Mestrado	15
Educador F	F	33	Pós-graduado	08
Educador G	F	38	Pós-graduado	13
Educador H	M	47	Mestrado	17
Educador I	F	51	Pós-graduado	21
Educador J				

Total: 10 entrevistados

Fonte: Dados extraídos na entrevista

Tabela 2 - Perfil dos professores entrevistados

Entrevistados	Gênero	Idade	Escolaridade	Tempo de Serviço Público Estadual
Professor A	M	41	Mestrado	12
Professor B	M	30	Pós-graduado	06
Professor C	F	32	Pós-graduado	06
Professor D	F	35	Pós-graduado	07
Professor E	F	37	Mestrado	09
Professor F	F	31	Pós-graduado	06
Professor G	M	45	Pós-graduado	12
Professor H	F	39	Mestrado	10
Professor I	M	43	Mestrado	13
Professor J	F	32	Pós-graduado	08

Total: 10 entrevistados

Fonte: Dados extraídos na entrevista

Tabela 3 - Perfil dos policiais militares entrevistados

Entrevistados	Gênero	Idade	Escolaridade	Tempo de Serviço Público Estadual
Policia A	F	29	Superior	10
Policia B	F	36	Pós-graduado	16
Policia C	M	44	Superior	23

Total: 3 entrevistados

Fonte: Dados extraídos na entrevista

Tabela 4 - Perfil dos alunos entrevistados

Entrevistados	Gênero	Idade	Escolaridade (Ensino)
Aluno A	M	16	Médio Incompleto
Aluno B	F	17	Médio Incompleto
Aluno C	F	16	Médio Incompleto

Total: 3 entrevistados

Fonte: Dados extraídos na entrevista

Dentre os vinte e seis entrevistados na pesquisa, vinte e três eram servidores públicos, os demais eram alunos. De acordo com os dados obtidos, a maioria era do sexo feminino, com idades entre dezesseis anos e cinquenta e dois anos. Exceto os alunos, todos possuíam formação em curso superior completo, alguns pós-graduados e mestres. Como o requisito de tempo de serviço público já havia sido definido para preencher o perfil, todos os servidores públicos possuíam mais de seis anos de serviço público.

Para a realização das entrevistas surgiram algumas dificuldades oriundas da agenda dos servidores e também de situações exógenas, como a paralisação nacional dos caminhoneiros, o que gerou um atraso no cronograma inicial da pesquisa. A entrevista foi realizada de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e pela facilidade de encontra-los.

5.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados foi desenvolvido na análise intensiva da Patrulha Escolar, com variadas técnicas, conforme permite o estudo de caso, segundo Bruyne *et al* (1977).

O presente caso de amostragem não probabilística ocorreu segundo Costa Neto (1977) quando, embora se tenha a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra de uma parte que seja prontamente acessível.

A amostra foi realizada por conveniência, visto a disponibilidade de acesso aos entrevistados, da dificuldade em encontrar outras pessoas que trabalharam no período do estudo. Diante disso, foram selecionados os entrevistados porque eles estavam prontamente disponíveis, e não porque eles foram selecionados por meio de um critério estatístico. A conveniência representou uma maior facilidade operacional e baixo custo de amostragem.

Todos os entrevistados puderam oferecer informações valiosas, pois não há razões fundamentais que diferenciem os indivíduos acessíveis dos não acessíveis que formam o total da população.

Elementos são incluídos na amostra sem probabilidades previamente especificadas ou conhecidas de eles serem selecionados.

Fez-se a utilização de técnicas de coleta de dados variadas e entrevista semiestruturada, análise documental, pesquisa teórica e de campo, possibilitando o entendimento e a análise de diversas questões levantadas no presente trabalho.

Em relação à pesquisa documental, foram utilizados documentos institucionais disponibilizados pelo Sistema de Segurança Escolar, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Polícia Militar e do Prêmio Inovés, como manuais, revistas e materiais disponíveis no portal eletrônico dos órgãos, no período de 2003 até 2013.

Quanto às entrevistas, estabeleceu-se um roteiro semiestruturado para cada grupo de entrevistado, com utilização de um guia para que o entrevistado pudesse responder a perguntas fechadas e restritas, como também houve perguntas abertas, possibilitando ao entrevistado falar abertamente, tornando um diálogo sem restrição das suas opiniões.

Foram definidos três roteiros de entrevistas: um roteiro de entrevista aos funcionários das escolas, outro similar, mas voltado aos alunos, e um terceiro roteiro de entrevista específico aos policiais da Patrulha Escolar, permitindo-se expandir durante as entrevistas, com objetivo de obter uma análise mais apurada dos dados.

O período das entrevistas ocorreu nos meses de maio a junho de 2018, em datas agendadas com os funcionários públicos. Para os alunos, aproveitou-se o momento da visita à escola para realizar a entrevista com os adolescentes.

Foram realizadas entrevistas na própria Secretaria de Educação (SEDU), onde a Patrulha Escolar se localiza, e em três unidades da rede estadual de ensino médio de Vitória, de Serra e de Cariacica.

5.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Dessa maneira, foi escolhida a análise de conteúdo como metodologia para análise de dados da entrevista, visto que a técnica se vale da comunicação como ponto de partida, pois é sempre feita a partir da mensagem e tem por finalidade a produção de deduções.

Foram desenvolvidas, durante os polos cronológicos, buscas de documentos para a elaboração da hipótese, dos objetivos, bem como argumentos para fundamentar a interpretação final (pré-análise), assim como a exploração de material e a interpretação para tornar os resultados válidos e significativos.

Nesse sentido, Gil (1999) afirma que a análise dos dados tem por objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a ligação com outros conhecimentos já estudados.

Acompanhando o pensamento, tem-se que a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que possui o objetivo de identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005).

5.5 AS QUESTÕES ÉTICAS

A pesquisa de campo seguiu fielmente as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UVV, em consonância com a legislação vigente, Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013), garantindo e respeitando a dignidade humana e os direitos, podendo-se afirmar que o estudo atendeu aos aspectos éticos relevantes. Registra-se que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Vila Velha, o qual aprovou sem ressalvas a execução da pesquisa e suas etapas, conforme parecer consubstanciado nº 2.621.165, de 25 de abril de 2018 (ANEXO A).

As entrevistas foram realizadas com a autorização dos entrevistados, que leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento no qual é especificado o consentimento do participante da pesquisa, de maneira escrita, contendo as informações necessárias e em linguagem de fácil compreensão para o total entendimento da pesquisa da qual o sujeito se propõe participar.

5.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa limitou-se a estudar o policiamento escolar desenvolvido pelo Sistema de Segurança Escolar/SEDU e pela Polícia Militar em um período compreendido de 10 anos (2003 a 2013), dando a ênfase ao período de 2010 a 2013, ocasião do surgimento da Patrulha Escolar e seus impactos tanto no ambiente escolar como na modalidade de policiamento.

Dessa forma, a pesquisa também será limitada a um nível micro de análise, priorizando os indivíduos, em uma análise mais particularizada.

6. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, almeja-se registrar o trabalho desenvolvido pela Polícia Militar do Espírito Santo no ambiente escolar, iniciando no ano de 2003, 04 anos após a criação do Sistema de Segurança Escolar - SISE, passando pelo surgimento da Patrulha Escolar em 2010, até alcançar o Prêmio Inoves em 2013; caracterizar a Patrulha Escolar; analisar o modelo de policiamento que vai além das rotinas policiais; estudar quais ferramentas produziram efeito significativo na redução da violência no ambiente estudantil, por meio do policiamento escolar desenvolvido pela Patrulha Escolar; e iniciar uma discussão do entendimento do autor, conforme a base teórica adotada e os apontamentos registrados nas entrevistas.

6.1 POLICIAMENTO ESCOLAR

Ao acessar o programa de segurança escolar (2003) elaborado pelo Reis (2003), ficou demonstrado que na justificativa do programa há uma grande preocupação com a pesquisa realizada pela UNESCO (1999), que identifica a cidade de Vitória-ES, dentre as capitais do Brasil, como sendo uma das regiões onde os jovens mais sofrem mortes violentas, distribuídas entre crimes de homicídio, suicídios e violência no trânsito. O estudo compreende a faixa etária dos jovens entre 15 e 24 anos, idade de escolarização. Na época a UNESCO, utilizava os dados do Sistema Nacional de Saúde que produzia relatórios detalhados sobre a mortalidade violenta no Brasil. Ao realizar uma comparação com o Mapa da Violência 2010 (WAISELFISZ, 2010), verifica-se que essa situação se estende até o ano do desenvolvimento do programa realizado por Reis (2003).

6.2 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO PERÍODO DE 2003 A 2009

Diante do cenário exposto, Reis (2003) adota uma estratégia que foi “radiografar” a questão da violência na escola, dado que demonstrava desejo na construção de uma nova relação polícia-escola, esperando aprofundar o conhecimento sobre a temática “Violência Escolar. O autor acredita que algumas ações deveriam ser de caráter impactante e imediato, contudo observou-se que, apesar de amenizar a situação da violência nas escolas, surgia uma demanda reprimida, pois atos infracionais eram por vezes tratados por muitos docentes como atos de

indisciplina, por conveniência ou por medo, não havendo informação sobre o real problema na escola (REIS, 2003).

Segundo os registros de Reis (2003), haviam 05 viaturas exclusivas para o SISE, além de mais 45 viaturas integradas ao Corredor de Segurança Ostensivo, com policiais da ativa, vinculados aos batalhões de área e não ao SISE, que realizavam o patrulhamento ostensivo padrão, podendo fazer visitas às unidades de ensino que ficavam sob a sua área de cobertura. Nesse período, existiam também 102 policiais militares da reserva que atuavam dentro das escolas da rede pública estadual e recebiam um pró-labore de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), valor não atualizado, pagos pela SEDU. Esses policiais militares eram aposentados, isto é, já haviam cumprido 30 anos de carreira e atualmente estavam na reserva remunerada. Eles eram recontratados conforme a Lei Estadual nº 5.625/98 denominada Corpo Voluntário de Policiais Militares Inativos – CVPMI. Esses policiais iniciaram suas carreiras no mínimo 30 anos antes de pertencerem ao SISE, e pode-se calcular, tomando como base 2003, que eles tiveram suas formações de ingresso na Polícia Militar no período de 1973 ou antes. Uma formação voltada para a guerra, período da ditadura militar, sob uma constituição que não transparecia a valorização dos direitos humanos e fundamentais.

Apesar da formação dos policiais militares advir dessa época, segundo Reis (2003), há o apontamento de uma pesquisa de satisfação (2001) realizada com os diretores assinalando que 79,07% estão muito satisfeitos ou satisfeitos com o desempenho dos policiais.

É também registrado que havia uma preocupação pela coordenação do SISE em realizar um curso para atualização de conhecimento e requalificação dos policiais contratados por meio do CVPMI. E dessa forma incluiu o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) na atuação das escolas, através dos policiais que trabalhavam no SISE. Em um período de 2 anos (2001 e 2002) os policiais capacitados conseguiram formar um total de 18.619 crianças, auxiliando-as e orientando-as, de forma proativa, sobre as drogas e a violência.

Além disso, surge o pensamento de viabilizar a criação de uma unidade policial especializada para resolução dos problemas que geram a violência nas escolas. Para Reis (2003), autor da coletânea, analisa que a especialização é tão necessária quanto mais complexa for a função que o policial necessitar desempenhar. Nessa análise, ele destaca a importância de desenvolvimento de metodologia para

capacitação de policiais em trabalhos integrados com a juventude e professores. O autor propôs, além dessas ações promovidas em torno dos policiais, capacitação de professores nas temáticas: ética, cidadania, drogas e violência. A intenção é dar ferramentas para que os profissionais da educação saibam melhor lidar com essa nova realidade de violência nas escolas.

Em um tópico chamado de análise da violência escolar (2000-2002), o autor Reis (2003) cita que houve redução dos crimes contra o patrimônio (56%), dada a responsabilidade administrativa da direção sobre o bem público, obrigando-a a tomar providências e acionar o SISE. Todavia, os crimes contra pessoa dobraram (100%), o que o autor sugere ser devido à demanda reprimida e/ou casos que eram interpretados como atos de indisciplina tornarem-se atos infracionais. Ainda nessa pesquisa Reis (2003) registra em suas questões das entrevistas que o ponto mais negativo foi a demora do atendimento, o tempo que a viatura leva até chegar ao estabelecimento de ensino, causando desconforto aos diretores e, às vezes, “problemas de polícia não são solucionados, conforme deveriam” (REIS, 2003, p. 28).

Reis (2003, p.25) realizou uma pesquisa, contudo em seu estudo há apenas a transcrição do resultado final. Nessa pesquisa o autor constatou que de acordo com as respostas dos entrevistados, a grande maioria é favorável a ter um policial atuando dentro das escolas, porém, ao serem indagados “quais as sugestões de sua escola para pôr fim à violência nas escolas?”, a resposta obtida foi, com maior resultado (35%), que a contratação de vigias é a melhor solução, sendo em segundo lugar a integração escola x família x comunidade. A escolha como medida de resolução da violência adotando a ação de inserir o policial dentro da escola ficou em 5º lugar, atrás da instalação de alarmes, que ficou em 4º lugar.

É interessante registrar que na pergunta da pesquisa “sua escola recebeu a visita do policial escolar integrado aos Corredores de Segurança?” A direção escolar aponta que apenas uma vez ou nunca, totalizando mais de 65% das respostas (REIS, 2003, p. 27). Com esse mesmo sentimento, na pergunta que questiona se a viatura chegou rapidamente ao local quando acionada, mais de 70% afirmaram que não (REIS, 2003, p. 27).

Nesse sentido, o autor conclui que para se obter controle da questão violência escolar faz-se necessário adotar medidas preventivas que atuem especificamente em ações de policiamento e vigilância. O autor acena que para

diminuição é necessário medidas de caráter proativo, evitando assim que a criança, o jovem ou o cidadão inicie na vida do crime.

Após o período de gestão do autor na coordenação do SISE, final de 2003, não há nenhum registro até o ano de 2009 de um projeto ou programa voltado para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar, pelo contrário, apenas registros de ações de caráter repressivo identificados nos boletins de ocorrência.

6.2.1 Caracterização e os impactos dos atendimentos não qualificados pela Polícia Militar no ambiente escolar

No SISE, durante o período de 1999 a 2009, havia uma resistência muito grande em relação à visita de viatura caracterizada à escola. Esse pensamento predominava tanto na escola como nos policiais militares que atuavam na SISE-SEDU, supostamente para salvaguardar o ambiente escolar. Esse pensamento era regularmente alimentado e isso gerou graves danos às direções escolares, que se viram acuados e necessitaram, em muitas situações, fingir que nada de ruim estava acontecendo, criando, até mesmo, certos “vínculos e acordos” com os chefes do tráfico para manter um ambiente de paz mínimo e incipiente. Os raros registros policiais realizados pela escola se deviam quase que exclusivamente a fatos que poderiam causar implicações e responsabilidades diretas à direção escolar. Nesses casos, a direção prosseguia para a delegacia mais próxima para gerar uma ocorrência, em sua maioria para prestar contas sobre o fato ocorrido, a exemplo de um furto de computador, um dano a documentação ou estrutura da escola. Cabe ressaltar que a Polícia Militar não era acionada.

As ações de segurança realizadas pela Polícia Militar nas escolas ocorriam de forma pontual e repressiva, isto é, não buscavam entender o contexto escolar e não o respeitavam, por não conhecerem as regras desse ambiente diferenciado.

Em nenhum momento havia participação em prol da formação cidadã dos alunos, nem o envolvimento com a família e a escola por parte da polícia, cujo acionamento implicava sempre um trauma para a comunidade escolar e para própria polícia, visto que sua presença se associava à prisão de algum infrator dentro da escola. O policial militar não era visto como um agente do Estado que promovesse a construção de uma cultura de paz na escola e conseqüentemente na comunidade. Os jovens que estão em uma faixa etária vulnerável necessitam de uma referência

positiva, e o policial não era visto como um auxiliador na agregação de valores e um interventor nesse protagonismo juvenil.

O tipo de atendimento sempre foi reativo, o que causava uma grande indisposição a todos, com agravamento do fato e a incidência de novos delitos, pois os policiais militares não eram capacitados especificamente para essa abordagem. Foram inúmeras transgressões ao Estatuto da Criança e do Adolescente, inúmeras situações que geraram desconforto e graves problemas para a escola. Outra consequência era a reação dos infratores da região, que pressionavam a direção e coordenação com graves ameaças, pois a escola estava acionando a Polícia Militar para ir à região, dado que a força policial nunca era presente na localidade, e a direção acabava atraindo uma viatura, atrapalhando as vendas do tráfico de drogas e aumentando a possibilidade de confrontos com a Polícia Militar. Diante desse caos institucional, muitas direções escolares somente faziam reunião com o Sistema de Segurança Escolar - SISE na sede da Secretaria de Estado da Educação - SEDU ou em um outro bairro diferente da localidade da Escola, e pediam sigilo total com medo de perder a própria vida. E nesses encontros, de imediato eram solicitadas alternativas de segurança para escola; sugeria-se, por exemplo, a presença da Polícia Militar, desde que somente em patrulha no bairro sem parada, em hipótese alguma, na escola, para não haver qualquer vinculação.

É muito compreensível esse medo da direção, pois os atendimentos eram apenas pontuais e repressivos, sem a menor preocupação com os reflexos posteriores. Há inúmeros registros e situações que foram agravados pelo acionamento da Polícia Militar. Normalmente não se observavam os reflexos de uma ação não estruturada e nem conjunta, como tampouco a dimensão e a complexidade do ambiente escolar.

Essa realidade não era exclusiva do Espírito Santo, Guimarães (2005) registra a atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo dentro do ambiente escolar e constata o trauma vivido pelos alunos e a instituição de ensino que, mesmo após a saída da viatura, deixava os alunos estáticos, na posição em que os “guardas” haviam ordenado. A autora pontua o desabafo de um aluno: “Eu fiquei de pernas abertas com medo de levar um chute no saco.” (GUIMARÃES, 2005, p. 99-100). E acrescenta que a ação da polícia deve ser reavaliada.

Zaluar (1992) também reforça a ideia de que a polícia tem tido uma atuação confusa, sem que se definam com clareza os princípios bem como os limites dessa

atuação, já que, muitas vezes por força de sua proposta repressiva, o efeito de sua atuação é o oposto do desejado (ZALUAR, 1992, p. 49).

Um dos exemplos mais comuns é o acionamento da Polícia Militar, pela escola, informando que existe um aluno que possivelmente está portando arma de fogo dentro da sala de aula. Diante dessa situação extremamente grave, o que a escola pressente que acontecerá?

Segundo Gonçalves e Tosta (2008) a desconfiança na eficácia das instituições sociais, no caso a polícia, aumenta a insegurança das pessoas, prenuncia uma situação de risco (GONÇALVES e TOSTA, 2008, p. 214).

A chegada da viatura policial, com sirene e giroflex ligados, deixam todos já atentos e reativos; o veículo para em frente à escola, e muitos pais e responsáveis já começam a ficar preocupados, pois deve estar ocorrendo algum conflito em sala de aula.

Os policiais descem e perguntam no portão de entrada do ambiente escolar, perto dos ouvidos e olhares de toda a comunidade, onde está o solicitante da ocorrência de um aluno portando arma (ele pergunta dizendo o nome completo e função do servidor na escola). Os professores, assustados e sem saber o que se passa, indicam a sala de aula do possível aluno infrator. Porém, todos da escola já sabem que a polícia chegou e, certamente, se há algum aluno com arma de fogo, já a escondeu ou “pediu” que outro aluno, normalmente do sexo feminino, guardasse o armamento. Os policiais, após entrar, vão diretamente à sala de aula e, sem ao menos falar com o professor que está ministrando a aula (claro, afinal estão em um momento de flagrante!), sacam as armas e perguntam quem é o aluno Fulano de Tal. Nesse instante, colocam o aluno na parede e fazem a revista pessoal e em suas coisas dentro da sala. Muito provavelmente não encontrarão a arma, pois já na chegada dos policiais ocorreu um alvoroço em toda a escola, visto que nunca a polícia visita a escola com procedimento diferente da repressão. Como não é encontrada a arma, começa o interrogatório em sala de aula ou o aluno é levado para o pátio para início das perguntas. Após findar a abordagem e o registro de “nada constatado”, os policiais saem da escola, agradecendo o acionamento e dizendo que estão à disposição.

A partir desse ponto, quais serão alguns dos reflexos imediatos dessa intervenção não qualificada? De início, tanto o professor que estava ministrando a aula quanto o solicitante da ocorrência (normalmente diretora ou coordenadora) serão ameaçados e terão seus veículos depredados; a Polícia Militar divulgará na mídia que

está aumentando a quantidade de ações contra violência dentro do ambiente escolar, com foco em arma de fogo e drogas; os pais dos demais alunos, que confiavam que o ambiente escolar era tão tranquilo e seguro como suas residências, irão querer transferir seus filhos de escola, pois o risco de seus filhos serem alvejados é grande diante dessa situação; cria-se um pavor na comunidade do entorno, a escola receberá telefonemas ameaçadores dizendo que irão matar a todos, pois estão contra o grupo de traficantes da região: para a Polícia Militar foi uma vitória, pois seus policiais estão atendendo à comunidade, mas para a educação foi uma tragédia, pois a intervenção gerou o caos no estabelecimento de ensino.

Em nenhum momento havia participação em prol da formação cidadã dos alunos, nem o envolvimento com a família e nem com a escola por parte da polícia. Um trauma para a comunidade escolar e para a imagem institucional da PM, visto que sua presença era associada à prisão de algum infrator dentro da escola, o que conseqüentemente gera um novo trauma. Os jovens que estão em uma faixa etária vulnerável necessitavam de uma referência positiva, e o policial não era visto como um auxiliador na agregação de valores e um interventor nesse protagonismo juvenil.

Por tais desdobramentos, os servidores das unidades de ensino evitavam acionar a polícia e, quando era indispensável, apenas registravam posteriormente a ocorrência na delegacia mais próxima, a fim de não serem pessoalmente responsabilizados. É muito compreensível esse medo dos servidores, pois os atendimentos eram apenas pontuais e repressivos, sem a menor preocupação com os reflexos posteriores.

6.3 PATRULHA ESCOLAR

É nesse vácuo de atuação preventiva na rede pública estadual de ensino que se faz necessário o desenvolvimento de um modelo que atenda à nova realidade da escola e da sociedade, com mais de 20 anos de amadurecimento na nova Constituição Federal.

A Secretaria do Estado da Educação e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, por meio da Polícia Militar, necessitavam elaborar um projeto que atendesse às expectativas das escolas, visto que o número de ocorrência de violência dentro do ambiente escolar havia atingido o ápice, com uma diretora baleada, alunos mortos na quadra de esporte e lista de professores que iriam morrer afixado no portão da unidade de ensino (ANEXO C).

Diante do cenário, iniciam-se os trabalhos da Patrulha Escolar, em outubro de 2010, com apenas 07 (sete) soldados e um oficial, conseguindo, já ao final do ano, apresentar resultados pequenos, mas de certa forma, expressivos. Ao final do ano de 2010, foram realizados 854 atendimentos realizados pela Polícia Militar, por meio da Patrulha Escolar, sendo que quase 76% (647) dos atendimentos foram preventivos, demonstrando que a proposta é voltada a prevenção em vez da repressão.

Em 2011, o projeto “Patrulha Escolar” ganhou corpo e foi inserido no Plano Estratégico 2011-2014 do Governo do Estado do Espírito Santo – Novos Caminhos. A SESP ampliou o efetivo de policiais em mais de 200% (nota-se que eram sete policiais no ano anterior), adquiriu viaturas, equipamentos não letais e providenciou treinamento especializado adicional para todos os policiais que faziam parte dessa equipe. Com esse aporte, a Patrulha Escolar tornou mais expoente o seu trabalho.

6.3.1 Caracterização Dos Atendimentos Da Patrulha Escolar

Em sentido oposto aos atendimentos policiais que ocorriam no período anterior, criou-se a Patrulha Escolar, que possui como propósito a prevenção, com a rotina de visitas a cada escola, pelo menos uma vez por semana, independentemente de acionamento ou de qualquer ocorrência. Embora sigam um roteiro previamente definido, as visitas ocorrem em dias e horários alternados e, para os alunos e funcionários, aleatório, sem aviso prévio. Claro que se a escola necessitar pode haver visitas em horários definidos. Mas no exemplo citado a presença da equipe da Polícia Militar/Patrulha Escolar não causa alvoroço no ambiente e nem na comunidade, pois, como já foi explicado, semanalmente estão naquele local, em dias e horários imprevisos, mesmo quando não há nenhum problema a resolver, nenhum incidente a reprimir; policiais e alunos já se conhecem pessoalmente.

Em uma situação de ato infracional, por exemplo, dentro de sala de aula, como tráfico de drogas, os policiais da Patrulha Escolar prosseguem à escola, como fazem rotineiramente, já tendo em mente o protocolo de atuação da Patrulha Escolar (ANEXO B), conversam com a direção/coordenação e dirigem-se para a sala de aula.

Como já são capacitados especificamente para esta atuação, incluindo mediação de conflito, sabem que devem aguardar a coordenação chamar o professor e pedir-lhe a permissão para conversarem com os alunos. Nesse instante é criada uma “história cobertura” para que não ocorra vinculação da presença da polícia com uma possível denúncia. Participam desse processo vários policiais que foram

apresentados no início do contato, embora já conhecidos. Cabe ressaltar que a equipe presente é a mesma que visita regularmente a escola, de maneira que não há choque, nem mesmo surpresa ou desconfiança.

É importante ressaltar que os integrantes da Patrulha Escolar, preocupados com o público extremamente sensível, o jovem, adotam medidas preservadoras. Quando um policial encontra algo ilícito, convida o aluno a sair da sala de aula, enquanto o outro policial que permanece em sala, quando é questionado pelos demais alunos, contorna a situação, jamais revelando o motivo dessa medida, para não expor ainda mais aquele que cometeu um ato infracional. Não há divulgação na mídia, pois se sabem as consequências. Os policiais responsáveis pela escola, após o incidente, solicitam à coordenação uma reunião com a presença dos pais/responsáveis do aluno, da coordenação escolar, do Conselho Tutelar, para que, em conjunto com os próprios policiais da Patrulha Escolar que detectaram o ato infracional, possam em parceria e de forma harmônica entender o que levou o aluno a adotar um comportamento equivocado. Dessa maneira, a Patrulha Escolar mantém a legitimidade e a confiança tanto da comunidade escolar como da família e também do aluno que cometeu a ilicitude.

Essas ações são desenvolvidas porque a Patrulha Escolar tem como objetivo a promoção, em parceria com a comunidade escolar, de um ambiente propício para o ensino e a aprendizagem, preservando os profissionais da educação e auxiliando no processo de cultura da paz, na busca de uma parceria eficaz para solucionar os problemas nas unidades de ensino. Segundo Silva (2013) há a confirmação por parte da escola e dos alunos que

a Patrulha Escolar trabalha com o intuito de esclarecer que a Lei nº 8.069 / 90 (Ecriad) tem o escopo de proteger a integridade de crianças e adolescentes, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, e reforçar a ideia de que crianças e adolescentes, indivíduos em um estágio peculiar de desenvolvimento, são sujeitos de direitos e deveres, portanto, eles precisam ser educados e preparados para o exercício da cidadania. (SILVA, 2013, p. 60, tradução nossa).

A autora ainda acrescenta que, nesse sentido, o projeto visa, em conjunto com a escola e a família, colaborar com a formação de cidadãos, agindo como multiplicadores sociais, atuando como referências positivas para os alunos e na comunidade.

As visitas às escolas são realizadas pela mesma dupla de policiais durante todo o ano letivo, sendo um policial do sexo masculino e outro do sexo feminino, obrigatoriamente, para facilitar a aproximação com os alunos, que, ao se sentirem

confortáveis e seguros, passam a compartilhar suas dúvidas e questionamentos sobre os aspectos da vida, o que proporciona maior conhecimento do seu contexto e suas prioridades. Ao entender a realidade local, essa parceria entre escola, família e a Patrulha Escolar, além de ser legitimada, pode atuar tranquilamente na redução de danos ocasionados pela violência na escola e em toda comunidade. Nesse sentido, Silva (2013) acrescenta que

para contribuir com este processo, foi assinada uma parceria entre instituições educacionais e agências de segurança, incluindo a Patrulha Escolar, que é, portanto, um instrumento que desencadeia ações educacionais e estratégias da comunidade escolar no País, enfrentando as diversas violências que cercam o meio educacional, incluindo o consumo de drogas e o narcotráfico, caracterizada por ser uma união de esforços para enfrentar esta questão, tão evidente no dia a dia da sociedade. (SILVA, 2013, p. 61, tradução nossa).

Os policiais da Patrulha Escolar participam de reuniões com as famílias, eventos no âmbito escolar, desenvolvimento de projetos e outras propostas apresentadas, objetivando a compreensão dos aspectos que envolvem os alunos e também a diversidade do cotidiano escolar, trabalhando para ampliar o comprometimento das famílias com propósito de reforçar a importância do acompanhamento da vida de seus filhos. Os profissionais participam de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino, interagindo com os alunos por meio da realização de visitas diárias, buscando a participação no cotidiano das escolas e de suas relações com a comunidade.

6.3.2 Estudo da metodologia de trabalho da Patrulha Escolar

A proposta é visitar semanalmente as escolas estaduais definidas em um roteiro preestabelecido, denominado de “cartão programa”, seguindo um protocolo de atuação (ANEXO B), propiciando uma intervenção no ambiente escolar e mesmo no desenvolvimento das crianças e dos jovens.

A participação é com um policial masculino e outro feminino, facilitando a aproximação dos alunos de qualquer gênero ou orientação sexual, que, ao se sentirem confortáveis e seguros, passam a compartilhar suas dúvidas e questionamentos sobre os aspectos da vida como um todo, incluindo no âmbito pessoal.

Um dos pontos fortes da atuação da Patrulha Escolar é que em todos os ambientes escolares os policiais foram inicialmente convidados antes de atuar. Isto faz uma imensa diferença, pois nada foi imposto, mesmo existindo um projeto construído com a SEDU. Esse convite inicial, de aproximação e vivência, transforma o ambiente e evita possíveis conflitos que de outra forma poderiam ocorrer, principalmente com o ambiente externo. Nos convites iniciais para as equipes, foi convencionado que deveriam estar presentes referências positivas da comunidade. Dessa maneira, cria-se um vínculo de confiança por relacionar pessoas de confiança aos policiais. Uma linguagem silenciosa, mas com forte poder de convencimento.

A Patrulha Escolar tem um caráter inovador porque não é propriamente uma modalidade de policiamento, não está e nem é vista dentro do ambiente escolar como um fiscalizador do cumprimento das leis, dado que a proposta é mais ampla e intervém no processo de formação do aluno; os policiais são treinados para participar da rotina escolar interagindo com os estudantes. Toda visita é acompanhada e socializada com o grupo gestor da escola, numa busca conjunta com toda a comunidade escolar para a construção de uma cultura de paz.

Os policiais almejam o envolvimento e o comprometimento com a família dos alunos com o propósito de reforçar a importância de sua participação no momento de tomada de decisão e acompanhamento de seus filhos. Essas experiências são compartilhadas entre os policiais da Patrulha Escolar, que discutem entre as equipes e buscam alternativas e sugestões para todas as escolas atendidas.

A qualquer instante a escola pode entrar em contato com os policiais ligando para um número de celular disponibilizado para esse fim, e também por um canal digital, podendo ser feitos convites aos policiais para participar de reuniões com as famílias, eventos no âmbito escolar, desenvolvimento de projetos e outras propostas apresentadas com o objetivo de que possam ser compreendidos todos os aspectos que envolvam os alunos e também a diversidade que envolve o cotidiano escolar.

Os policiais, em todas as visitas às unidades de ensino, seguem um protocolo de atuação que define cada etapa, desde a sua chegada, visita, conversa e procedimentos de orientações a funcionários e a direção, bem como fluxo de acionamentos em casos de ocorrências, seja no âmbito da segurança pública, seja no da saúde e da educação.

Na avaliação de Costa (2015), todos os policiais da Patrulha Escolar, seguindo um cartão programa e o protocolo de atuação, atuam da mesma forma, seja em Guarapari, Serra, Vitória, todos trabalham da mesma maneira, sem distinção.

6.3.3 Análise da Patrulha Escolar como promotor na construção de cultura de paz

O policial da Patrulha Escolar está atento para o fato de que a escola pode ser a única oportunidade do aluno, devido ao contexto social, de enxergar uma nova possibilidade para a sua vida; então, dedica o seu esforço para mantê-lo na escola. Sem contar que, independentemente da vida que o aluno leva fora dos muros da escola, quando está do lado de dentro desse ambiente estudantil ele é um aluno como outro qualquer e deve somente ser visto dessa forma. Essa é uma das primeiras mudanças de olhar que o policial militar que atua dentro do ambiente escolar deve ter. Por esse motivo, para evitar possíveis evasões, em todos os casos de atos infracionais/crimes, os policiais da Patrulha Escolar agendam, em parceria com a escola, reuniões rotineiras com as famílias e o Conselho Tutelar.

A proposta é construir com esses entes novas soluções e compreensões para cada aluno. Essas reuniões com alunos, acompanhados por seus responsáveis, envolvidos em atos indisciplinados e infracionais, buscam mediar o conflito surgido da ação dos alunos. Isso leva o aluno a refletir sobre sua conduta e as consequências advindas dela e tem como principal objetivo cessar o foco da tensão. Rocha e Zen (2014), afirmam que

o objetivo da “Patrulha Escolar” é promover uma cultura de paz por meio de uma parceria com a comunidade escolar propícia ao ensino e à aprendizagem dos valores humanos, na busca de soluções de problemas relacionados às drogas e à violência nas unidades de ensino, com foco nas ações preventivas. (ROCHA; ZEN, 2014, p. 9).

As reuniões são uma forma de agregar entendimento de todos sobre o perfil dos alunos, da família e dos policiais militares da Patrulha Escolar. São diversos registros de que, devido a essa aproximação com a família, os casos de atos infracionais e de indisciplinas graves reduziram significativamente. Essa reunião, nesse molde (família, escola, Conselho Tutelar e Patrulha Escolar), não é somente agendada após um caso grave, um ato infracional ou crime, mas em outros mais simples, como em reiteradas ações de indisciplina grave que possivelmente gerará um ato infracional. Nesses casos também se busca uma proposta preventiva e elucidativa a respeito do aluno e sua vida familiar.

6.3.4 Estudo dos fatores que propiciaram a redução da violência com o policiamento escolar desenvolvido pela Patrulha Escolar

Segundo se observa, a inovação esteve presente no desenvolvimento, sendo um dos fatores que contribuíram para o projeto alcançar bons resultados, foi o caráter pioneiro em alocar em cada viatura policial um policial do sexo masculino e um policial do sexo feminino, obrigatoriamente. Dessa forma, os próprios policiais podem contribuir, através do respeito à liberdade e apreço a tolerância e consideração com a diversidade étnico-racial, art. 3º, incisos IV e XII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

Essa foi uma quebra de paradigmas dentro da Polícia Militar do Espírito Santo, pois o policiamento feminino em viatura era visto com certa rejeição. Esse procedimento proporcionou maior aproximação dentro do ambiente escolar com ambos os públicos, feminino e masculino, independentemente de orientação sexual, e facilitou a empatia e a referência positiva também para as alunas, dado que começam a enxergar a carreira policial como uma oportunidade profissional, servindo os policiais como uma referência, como mais um modelo alternativo à vida baseada no crime, como a do traficante.

Outra inovação foi implantar protocolos de procedimentos voltados aos policiais, facilitando e padronizando o atendimento, evitando distorções pessoais, além de traduzir uma comunicação única que foi construída em parceria com a própria escola.

Da mesma maneira, foram sugeridos às escolas alguns roteiros de procedimentos que poderiam ser utilizados ao surgirem certas situações extraordinárias, relativas à segurança das pessoas e da instituição de ensino. Foram construídos alguns procedimentos/fluxos como: situações de ameaça, de depredação ao patrimônio, entre outros atos infracionais, bem como fluxos de como acionar os órgãos parceiros se se identifica que algum aluno está sendo vítima de abuso e exploração sexual.

Vale destacar também que todas as visitas eram registradas em um Boletim de Atendimento da Patrulha Escolar – BAPE, que o policial confeccionava na própria escola e de imediato: tanto o SISE como a própria SEDU conseguiam obter as informações de imediato e *online*, pois todos os dados ficavam registrados e armazenados utilizando tecnologia “em nuvem”.

Outro ponto importante foi a criação de um mapa do crime específico para as escolas estaduais da RMGV. Por iniciativa da Patrulha Escolar, foi proposto à SEDU e à gerência de estatística e análise criminal – GEAC/SESP – o georreferenciamento de todas as escolas estaduais para a construção de uma análise específica, por meio do mapa do crime,² dos atos violentos que ocorrem no entorno das escolas estaduais.

Essa observação facilita o diagnóstico e, também, auxilia na escolha de qual será a melhor abordagem na construção de uma cultura de paz, iniciando nas escolas e expandindo para a comunidade.

Criou-se também um código de ocorrência especificamente para as escolas – Z14I4 – Patrulhamento Escolar. Todas as vezes que a viatura da Patrulha Escolar visita uma escola, os policiais registravam o atendimento na SESP, no Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES). Esse código facilitava a identificação no rol de ocorrências das mais variadas áreas dos batalhões onde atuava a Patrulha Escolar e identificava o trabalho preventivo desenvolvido. Como os registros da Patrulha Escolar eram feitos nas áreas dos diversos batalhões, a codificação mais registrada de trabalho preventivo na unidade operacional proporcionava um alento aos comandantes de unidade, que puderam ter em suas estatísticas o crescente desenvolvimento de uma perspectiva proativa em vez de possuírem apenas registros reativos da Polícia Militar em suas áreas de atuação.

O projeto buscou também desenvolver e agregar parceiros. A criação de redes para desenvolver o trabalho nas escolas foi fundamental para a construção de paz em conjunto. Inicialmente, registramos que o trabalho realizado nas escolas foi **com** a SEDU, em parceria, e não **para** a SEDU; esse início fez uma grande diferença.

Ocorreu uma aproximação intencional com as Superintendências Regionais de Educação - SRE, que são responsáveis por regiões do Estado que envolvem dezenas de escolas, com os Conselhos Tutelares e com o Ministério Público, que participaram ativamente no processo, principalmente nas capacitações de gestores educacionais, que foram aplicadas em todo o Estado.

O trabalho da Patrulha Escolar fomentou a discussão, dentro do Ministério Público Estadual, por meio do centro de apoio operacional da infância e juventude, a respeito da violência no ambiente escolar.

² O Mapa do Crime é um projeto que utiliza tecnologia geoinformacional para identificar as tendências de distribuição espacial e temporal dos crimes.

Houve aproximação também com a Polícia Civil, por meio da DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente) e da DEACLE (Delegacia Especializada do Adolescente em Conflito com a Lei). Esse envolvimento é muito interessante, pois a DPCA, trabalhando em sintonia com a Patrulha Escolar, gera proteção adicional para as crianças vítimas de abusos, notadamente sexuais, identificados com certa frequência em algumas escolas da RMGV.

Anteriormente, a direção escolar denunciava os abusos, mas com muito medo, pois não tinha o suporte que garantisse a tranquilidade e a paz. Com a Patrulha Escolar e essa parceria com a DPCA, os policiais militares faziam contato diretamente com o delegado responsável e juntos já traçavam as estratégias para cada caso, juntamente com a escola.

A construção dessa parceria específica (Patrulha Escolar - DPCA) teve bons frutos, principalmente pela integração entre as duas instituições. Desta forma, tanto a escola ficou mais segura em denunciar os casos que identificasse, quanto ficou mais fácil o trabalho do Conselho Tutelar e dos policiais militares da Patrulha Escolar, que construíam os procedimentos policiais em sintonia com a DPCA.

Foram realizados diversos encontros nos quais o delegado titular da DPCA conversava com os policiais militares para sanar dúvidas e também para que a Polícia Civil conhecesse melhor a realidade das escolas estaduais. Buscou-se também uma parceria com o Poder Judiciário.

Dentro dessas parcerias em rede, foram desenvolvidas capacitações pela Patrulha Escolar, pela Secretaria do Estado de Educação e pelo Ministério Público Estadual, para gestores escolares e conselheiros tutelares, em todo o Estado, divididos por superintendências regionais de ensino, com as temáticas: Estatuto da Criança e do Adolescente, Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino, a interface entre eles e o papel de seus agentes.

Nesta ação, a Patrulha Escolar orientava profissionais da educação e conselheiros tutelares sobre questões de segurança no cotidiano escolar. Os policiais apresentavam fluxogramas de atendimentos aos educadores para demonstrar protocolos de atuação necessários seguir frente à incidência de atos infracionais e/ou crimes envolvendo a comunidade escolar.

Não se pode deixar de registrar que um dos princípios importantes do projeto é fazer parte do contexto, estar próximo. Dessa forma, a Patrulha Escolar iniciou um trabalho de aproximação e acessibilidade com todos alunos, visto que a

rede estadual de ensino possui alunos com deficiência visual ou auditiva, alunos internados na rede hospitalar, etc.

Com a percepção desse novo ambiente, após palestras na Escola Estadual Oral Auditiva, foi solicitada à Patrulha Escolar a acessibilidade ao CIODES. Essa demanda de inclusão foi passada para a Gerência de Tecnologia de Informação em 2010 e em 2016 tornou-se uma realidade.

6.4 CONFERÊNCIA E ANÁLISE DOS DADOS: OS APONTAMENTOS DOS ENTREVISTADOS E DOS REGISTROS DOS RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Com base nas falas dos entrevistados, foram analisadas as informações que, após tratamento, apresentarão os resultados da pesquisa. Da mesma forma, após a pesquisa documental, serão apresentados os resultados, que possibilitarão uma discussão sobre o trabalho desenvolvido.

Os dados resultantes das entrevistas foram tabulados para visualização clara. Essas informações proporcionarão uma análise mais fidedigna ao estudo.

Tabela 5 - Respostas dos profissionais da educação entrevistados - Educadores

Universo de Educadores 10 (dez)	1. Qual era a situação da Escola (das Escolas) antes da atuação da Patrulha Escolar?	2. Qual era a situação da Escola (das Escolas) depois da atuação da Patrulha Escolar?
Educadores	Todos responderam desamparados ou com palavras similares	Todos responderam sensação de segurança ou com palavras similares
	3. Após a participação da Patrulha Escolar, ocorreram mudanças ambientais e estruturais na unidade de Ensino? Quais? (orientações: Muros mais altos/grades/iluminação/instalação de câmeras/alarmes/outros)	4. Qual o nível de importância do convívio dos policiais da Patrulha Escolar, dentro do ambiente de ensino?
Educadores	Apenas o educador B e o J afirmaram que ocorreu mudança estrutural, os demais não constataram alteração.	Todos responderam muita importância.
	5. Qual é a participação da comunidade no diagnóstico e soluções para as questões envolvendo a segurança no ambiente escolar?	6. Quais as atividades desenvolvidas nessas participações?
Educadores	Educador C e F identificam que a comunidade participa muitas vezes, os demais Educadores afirmaram que raramente.	Educador C afirma que a comunidade vai com intuito de cobrar da escola.

		Educador F disse que a comunidade participa como um interlocutor das lideranças comunitárias. Os demais não responderam.
	7. Existem ações individuais, de membros da comunidade, para melhoria da segurança do ambiente escolar?	8. Em quais situações você identifica a participação dos policiais da Patrulha Escolar?
Educadores	Apenas o Educador B afirma que um membro da comunidade, um policial aposentado, se coloca à disposição, os demais informaram que não há atitude individual.	Todos responderam no horário de intervalo/recreio e nas reuniões escolares.
	9. Quando os policiais da Patrulha Escolar orientam no quesito segurança a Unidade de Ensino:	10. Existe confiabilidade nos policiais da Patrulha Escolar nas Unidades de Ensino?
Educadores	Educadores A e I registram que as orientações sugeridas são colocadas totalmente em prática. Os demais Educadores responderam que algumas delas são colocadas em prática.	Todos responderam que sim.
	11. Com relação ao atendimento da Patrulha Escolar nas unidades de Ensino:	12. Com relação adequação da atuação da Patrulha Escolar às peculiaridades da sua escola:
Educadores	Todos responderam que Patrulha atende totalmente às expectativas e necessidades	Todos responderam que está totalmente adequada, não gerando quaisquer efeitos negativos no ambiente escolar.

Fonte: Dados extraídos na entrevista

Tabela 6 - Resposta dos professores entrevistados

Universo de Professores 10 (dez)	1. Qual era a situação da Escola (das Escolas) antes da atuação da Patrulha Escolar?	2. Qual era a situação da Escola (das Escolas) depois da atuação da Patrulha Escolar?
Professores	Todos responderam desamparados ou com palavras similares	Todos responderam sensação de segurança ou com palavras similares
	3. Após a participação da Patrulha Escolar, ocorreram mudanças ambientais e estruturais na unidade de Ensino? Quais? (orientações: Muros mais altos/grades/iluminação/instalação de câmeras/alarmes/outros)	4. Qual o nível de importância do convívio dos policiais da Patrulha Escolar, dentro do ambiente de ensino?
Professores	Todos responderam não identificaram mudança	Todos responderam muita importância
	5. Qual é a participação da comunidade no diagnóstico e soluções para as questões envolvendo a segurança no ambiente escolar?	6. Quais as atividades desenvolvidas nessas participações?

Professores	Professor A identificou que a comunidade participa poucas vezes, os demais afirmaram que nunca participa.	Professor A identificam que a comunidade participa na reunião de classe. Os demais informaram que a comunidade não participa.
	7. Existem ações individuais, de membros da comunidade, para melhoria da segurança do ambiente escolar?	8. Em quais situações você identifica a participação dos policiais da Patrulha Escolar?
Professores	Todos informaram que não.	Todos responderam no horário de intervalo/recreio e nas reuniões escolares.
	9. Quando os policiais da Patrulha Escolar orientam no quesito segurança a Unidade de Ensino:	10. Existe confiabilidade nos policiais da Patrulha Escolar nas Unidades de Ensino?
Professores	não sabe responder, foi a resposta de todos.	Todos responderam Sim
	11. Com relação ao atendimento da Patrulha Escolar nas unidades de Ensino:	12. Com relação adequação da atuação da Patrulha Escolar às peculiaridades da sua escola:
Professores	Todos responderam que atende totalmente às expectativas e necessidades.	Todos responderam que está totalmente adequada, não gerando quaisquer efeitos negativos no ambiente escolar.

Fonte: Dados extraídos na entrevista

Tabela 7 - Resposta dos policiais militares entrevistados

Universo de Policiais 03 (três)	1. Em sua visão, o que é o policiamento escolar?	2. Como era desenvolvido o policiamento escolar em sua rotina de trabalho?
Policiais	Todos responderam que é uma atividade incumbida ao agente de segurança pública, mas que deve ser desenvolvida em parceria com a escola e a família, sem esquecer os demais parceiros da rede.	Todos responderam que adotam um roteiro pré-definido e que todos seguem o mesmo protocolo de atuação, o que padroniza a atuação no ambiente escolar para todos os policiais.
	3. As visitas eram direcionadas aos acionamentos ou existia outro critério que estabelecesse a frequência do policial militar à unidade de Ensino?	4. Ao ser acionado para o atendimento de uma ocorrência de um ato infracional/crime dentro do ambiente escolar, envolvendo alunos, qual era o procedimento rotineiro?
Policiais	Todos responderam que havia um roteiro pré-definido com as escolas atendidas e que eram avaliados mensalmente para que nenhuma escola deixasse de ser atendida pelo menos uma vez na semana.	Todos afirmaram que seguem um protocolo em situações de atos infracionais ou até mesmo atos de indisciplina grave. São adotados procedimentos legais e, segundo definido pelo protocolo, agendada imediatamente reunião com a escola, família e Conselho Tutelar, para que

		juntos possam entender o que levou à ocorrência de tal situação.
	5. Havia algum treinamento e/ou procedimento para atuação do policial militar dentro da unidade de ensino?	6. Que ações de segurança eram realizadas em cada visita nas unidades de Ensino?
Policiais	Os entrevistados responderam que todos passaram por uma capacitação sobre a atuação, cursos sobre gerenciamento de crise e estatuto da criança e do adolescente e regimento escolar. Que inicialmente acompanham uma dupla de policiais para aprender como é desenvolvido o trabalho. Além disso, todos continuamente participam de seminários, ensino a distância (EAD), congressos com temas afins a juventude, escola e violência.	Os entrevistados responderam de forma similar indicando que a presença e o diálogo com a comunidade estudantil e também com moradores legitimam a ação e a presença policial.
	7. O que você acredita que deve/poderia ser feito pelo policial militar em uma visita a uma unidade de ensino?	8. Existiam facilidades para o desenvolvimento do policiamento escolar oferecidas pelas Escolas e pela Secretaria de Estado da Educação-SEDU?
Policiais	Todos responderam que o protocolo atende bem a unidade de ensino atualmente	Segundo os entrevistados disseram que a SEDU, Superintendências e as Escolas, foram propulsores do projeto, acolhendo, ensinando e participando ativamente na solução dos problemas.
	9. Existiam facilidades para o desenvolvimento do policiamento escolar oferecidas pela corporação Polícia Militar e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública?	10. Quais eram as principais dificuldades para desenvolver o trabalho de policiamento escolar?
Policiais	Os entrevistados comentaram que a SESP, em toda a sua amplitude, foi um dos propulsores do projeto, contudo tiveram grandes dificuldades internas, isto é, dentro da própria corporação PMES	Dentre as dificuldades citadas pelos entrevistados, registram-se transferências de policiais da Patrulha Escolar sem justificativas, rejeição do trabalho executado nas escolas pelos gestores da corporação, grande dificuldade em obter equipamentos, incluindo armamento e coletes balísticos para atuação operacional.
	11. O que mais impulsionava de forma positiva o trabalho de policiamento escolar?	12. Como você avalia as práticas de policiamento escolar desenvolvidas por você e pela equipe do Sistema de Segurança Escolar – SISE, nas unidades de Ensino. Qual a contribuição/resultados dessas práticas?
Policiais	Os entrevistados disseram que se sentiam motivados ao perceber a realidade da escola ser	O Policial “C”, como os demais entrevistados, afirmaram que o trabalho desenvolvido pela Patrulha

transformada com a participação deles. A valorização dos policiais frente à comunidade e o apoio da SESP e SEDU também foram pontos destacados pelos entrevistados.

Escolar deve estar em permanente evolução, e adiciona a sua fala que a maior contribuição dada na época foi o trabalho desenvolvido com respeito e carinho, o que fez com que ganhassem a 1ª colocação no Prêmio Inoves em 2013.

Fonte: Dados extraídos na entrevista

Tabela 8 - Resposta dos alunos entrevistados

Universo de Alunos 03 (três)	1. Qual era a situação da Escola (das Escolas) antes da atuação da Patrulha Escolar?	2. Qual era a situação da Escola (das Escolas) depois da atuação da Patrulha Escolar?
Alunos	Todos responderam desamparados ou com palavras similares	Todos responderam sensação de segurança ou com palavras similares
	3. Após a participação da Patrulha Escolar, ocorreram mudanças ambientais e estruturais na unidade de Ensino? Quais? (orientações: Muros mais altos/grades/iluminação/instalação de câmeras/alarmes/outros)	4. Qual o nível de importância do convívio dos policiais da Patrulha Escolar, dentro do ambiente de ensino?
Alunos	Todos não souberam informar	Todos responderam muita importância
	5. Qual é a participação da comunidade no diagnóstico e soluções para as questões envolvendo a segurança no ambiente escolar?	6. Quais as atividades desenvolvidas nessas participações?
Alunos	Não responderam, por não saber opinar.	Não responderam, por não saber opinar.
	7. Existem ações individuais, de membros da comunidade, para melhoria da segurança do ambiente escolar?	8. Em quais situações você identifica a participação dos policiais da Patrulha Escolar?
Alunos	Não responderam, por não saber opinar.	Todos responderam no horário de intervalo/recreio. O aluno C acrescentou na saída do turno escolar.
	9. Quando os policiais da Patrulha Escolar orientam no quesito segurança a Unidade de Ensino:	10. Existe confiabilidade nos policiais da Patrulha Escolar nas Unidades de Ensino?
Alunos	Não responderam, por não saber opinar.	Todos responderam que sim.
	11. Com relação ao atendimento da Patrulha Escolar nas unidades de Ensino:	12. Com relação adequação da atuação da Patrulha Escolar às peculiaridades da sua escola:
Alunos	Todos responderam que Patrulha atende totalmente às expectativas e necessidades	Todos responderam que está totalmente adequada, não gerando quaisquer efeitos negativos no ambiente escolar.

Fonte: Dados extraídos na entrevista

6.4.1 Entrevista com servidores da rede estadual - Educadores, professores e alunos

Foram entrevistados dez (10) funcionários da rede pública estadual, entre diretores, coordenadores ou pedagogos (no qual foi atribuído o nome de Educadores), como também dez (10) professores. Em ambos os casos, os profissionais possuem mais de 6 anos de atuação na SEDU, e trabalham em regiões diferentes da RMGV, total de 03 municípios. Foram também entrevistados três (03) alunos, sendo um de cada escola e de cada município. Como há grande dificuldade de identificar um aluno que participou do processo de implantação da Patrulha Escolar, no mínimo 5 (cinco) anos atrás, a participação dos jovens pode chamar a atenção para algum fato que seja relevante não registrado pelos demais entrevistados.

Registra-se ainda que podem existir políticas públicas municipais diferenciadas, o que influenciará no contexto do ambiente escolar. Percebe-se que poderá agregar valor ao estudo a opção de inserir a participação de profissionais na pesquisa em mais de um município.

6.4.1.1 Mensuração da transformação do ambiente escolar no contexto segurança

O sentimento em relação à violência do ambiente escolar, antes da atuação da Patrulha Escolar, foi muito similar entre todos os Educadores, como também a todos os Professores. Eles registram que se sentiam desamparados, visto que não sabiam lidar com questões de segurança pública e sim com a educação.

Já o sentimento após a atuação também é muito similar entre os entrevistados entre todos os Educadores e todos os Professores, que responderam que começaram a se sentir mais confortáveis para realizar o processo de ensino-aprendizagem.

Sobre as mudanças ambientais e estruturais, apenas os dois de dez (2/10) Educadores informaram que suas escolas tiveram melhorias na iluminação, os demais não perceberam alterações. Todos os professores entrevistados não identificaram mudança, visto que o ambiente de sala de aula não foi transformado.

6.4.1.2 Mensuração da importância do convívio dos policiais dentro do ambiente escolar

Nesse quesito, todos os Educadores como todos os Alunos registram que é muito importante esse convívio. Todos os Professores comentaram que não tinham muito contato, pois os policiais não entravam em sala, apenas passavam pelos corredores cumprimentando sem intervir dentro da sala de aula, mas creem ser importante. Apenas um Professor de dez (1/10) abordou a questão, pois anteriormente foi diretor. Este ressaltou que a presença dos policiais da Patrulha Escolar auxiliava na harmonização do ambiente com relação ao respeito e à ordem.

6.4.1.3 Mensuração da participação comunitária para construção de uma cultura de paz

A opinião de dois Educadores de dez (2/10), identificam que a comunidade participa no diagnóstico e soluções envolvendo a segurança no ambiente escolar, contudo os demais entrevistados, oito Educadores de dez (8/10), falaram que raramente ou nunca a comunidade participa.

Para um Educador de dez (1/10) falou que a participação da comunidade se dá sempre com o intuito de cobrar da escola, visto que ela é responsável pelos jovens durante o horário de estudo. Também um Educador de dez (1/10) dos disse que a comunidade participa das reuniões e convida lideranças comunitárias para que, junto com a Escola, possam definir ações e encaminhamentos ao poder público.

Apenas um Educador de dez (1/10), que na questão anterior informou que a comunidade não participa, registrou que existe um policial aposentado que sempre passa e se dispõe a ajudar na segurança acionando o serviço de emergência - 190. Os demais entrevistados informaram que não há atitudes individuais.

Dois de dez (2/10) Professores registraram que a família participa pouco, principalmente nas reuniões de classe e apenas para reclamar das notas dos seus filhos, os demais professores informaram que a comunidade não participa no diagnóstico e solução para questões de segurança no ambiente escolar.

6.4.1.4 Mensuração da atuação da Patrulha Escolar

Tanto todos os entrevistados Educadores, Professores como todos os Alunos assinalaram que identificam a participação da Patrulha Escolar no horário de intervalo/recreio e nas reuniões escolares. Dois de dez (2/10) Educadores registram que as orientações sugeridas pela Patrulha Escolar são implementadas, desde que não haja custos para a escola. Os professores registram que as orientações são

repassadas a coordenação. Os dois de dez (2/10) professores enxergam a importância de mais um ente do Estado participando do processo. Os demais professores, oito de dez (8/10) alegaram que mantinham pouco contato, mas acreditam ser importante o projeto.

Os entrevistados educadores, professores e alunos informaram que conhecem os policiais da Patrulha Escolar, sabendo inclusive seu nome, e devido a essa proximidade assinalaram que confiam nos policiais da Patrulha Escolar. Também disseram, dentro do seu aspecto de visão, que a Patrulha atende totalmente às expectativas e necessidades, confirmando que os policiais sabem trabalhar dentro do contexto escolar, não gerando efeitos negativos a esse ambiente. Apenas quatro de dez (4/10) professores conheciam os nomes dos policiais.

6.4.2 Entrevista com os policiais da Patrulha Escolar

Foram entrevistados três (03) policiais da Patrulha Escolar que participaram do desenvolvimento do projeto, pelo menos no último ano de estudo, 2013.

Observou-se que as respostas foram similares, talvez em virtude do treinamento que receberam e também pela existência de apenas um protocolo de atuação que mesmo após quase 10 anos é ainda utilizado.

Para a primeira questão norteadora, que pergunta sobre a visão do policial sobre o que é o policiamento escolar, os policiais registram que o policiamento escolar é uma atividade incumbida ao agente de segurança pública, mas que deve ser desenvolvida em parceria com a escola e a família, sem esquecer os demais parceiros da rede.

Todos os Policiais entrevistados responderam como é desenvolvido o policiamento escolar em sua rotina de trabalho, dizendo que adotam um roteiro pré-definido e que todos seguem o mesmo protocolo de atuação, o que padroniza a atuação no ambiente escolar para todos os policiais.

Foi indagado se as visitas eram direcionadas aos acionamentos ou existia outro critério que estabelecesse a frequência do policial militar à unidade de Ensino. Todos responderam que havia um roteiro pré-definido com as escolas atendidas e que eram avaliados mensalmente para que nenhuma escola deixasse de ser atendida pelo menos uma vez na semana.

Ao serem acionado para o atendimento de uma ocorrência de um ato infracional/crime dentro do ambiente escolar, envolvendo alunos, qual era o procedimento rotineiro? Os entrevistados comentaram que nesse protocolo, em situações de atos infracionais ou até mesmo atos de indisciplina grave, são adotados os procedimentos legais previstos e, segundo definido pelo protocolo, agendada imediatamente reunião com a escola, família e Conselho Tutelar, para que juntos possam entender o que levou à ocorrência de tal situação. Um policial de três (1/3) afirma que raramente o Conselho Tutelar participa das reuniões nas escolas a que atende.

Sobre o questionamento se havia algum treinamento e/ou procedimento para atuação do policial militar dentro da unidade de ensino, os entrevistados responderam que todos os policiais que eram transferidos para a Patrulha Escolar passavam por uma capacitação sobre a atuação, cursos sobre gerenciamento de crise e o estatuto da criança e do adolescente, regimento escolar e acompanham inicialmente uma dupla de policiais para aprender como é desenvolvido o trabalho. Essa capacitação era em parceria com a Secretaria de Estado da Educação-SEDU e Ministério Público Estadual. Além disso, todos continuamente participam de seminários, ensino a distância (EAD), congressos, todos com afinidade a juventude, escola e violência.

Sobre as ações de segurança realizada a cada visita nas unidades de Ensino, os entrevistados responderam que a aproximação e a presença policial uniformizado e uma viatura caracterizada já surte grande efeito na região, mas a conversa com os alunos, servidores e moradores da comunidade é uma das ações que reforça e legitima a ação e presença policial na localidade. Policial B comentou que em algumas comunidades de risco onde estão situadas escolas estaduais, já foram recebidos com palmas pela população.

No questionamento aos entrevistados sobre o que acreditam que deve/pode ser feito pelo policial militar em uma visita a uma unidade de ensino, responderam de forma parecida, que acreditam que o próprio protocolo de atuação é bem abrangente e atende de forma satisfatória a escola, mas há a possibilidade de mudar em um futuro próximo. Os entrevistados acreditam que o trabalho desenvolvido já proporciona bons frutos à escola, à comunidade e à própria Polícia Militar.

Sobre as facilidades para o desenvolvimento do policiamento escolar oferecido pelas Escolas e pela SEDU, os entrevistados disseram que a SEDU, a

Superintendências e as Escolas, foram incentivadores do projeto, acolhendo, ensinando e participando ativamente na solução dos problemas.

Na pergunta sobre a existência de facilidades para o desenvolvimento do policiamento escolar oferecido pela corporação Polícia Militar e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, os entrevistados comentaram que a SESP, em toda a sua amplitude, foi um dos propulsores do projeto, contudo tiveram grandes dificuldades internas, isto é, dentro da própria corporação PMES, passando por momentos que indicavam o fim do projeto.

Sobre quais eram as principais dificuldades para desenvolver o trabalho de policiamento escolar, os entrevistados registram as transferências de policiais da Patrulha Escolar sem justificativas, rejeição do trabalho executado pela Patrulha Escolar nas escolas pelos gestores e o alto comando da corporação Policial Militar, grande dificuldade em obter equipamentos, incluindo EPI, armamento e coletes balísticos para atuação operacional.

De acordo com os autores (BORINS, 2000; SILVA, 2013), pode-se concordar que os funcionários públicos que buscam a inovação, que são visionários, são valiosos, pois mesmo com o desincentivo estão dispostos a assumir riscos, podendo, nesse sentido, ser definidos como heróis.

Na pergunta sobre o que mais impulsionava de forma positiva o trabalho de policiamento escolar, os entrevistados disseram que se sentiam motivados ao perceber a realidade da escola ser transformada com a participação deles. A valorização dos policiais frente à comunidade e o apoio da SESP e SEDU também foram pontos destacados pelos entrevistados.

Na última questão: Como você avalia as práticas de policiamento escolar desenvolvidas por você e pela equipe do Sistema de Segurança Escolar – SISE, nas unidades de Ensino. Qual a contribuição/resultados dessas práticas? O Policial C afirma que o trabalho desenvolvido pela Patrulha Escolar deve estar em permanente evolução, e adiciona a sua fala que a maior contribuição dada na época foi o trabalho desenvolvido com respeito e carinho, o que fez com que ganhassem a 1ª colocação no Prêmio Inoves em 2013 (ANEXO E). Segundo Ferreira (1996), valorizar o servidor é uma forma de aguçar sua habilidade empreendedora e criativa.

6.4.3 Análise documental e apresentação dos resultados

Antes do início dos trabalhos da Patrulha Escolar, foram veiculadas pela mídia diversas reportagens sobre o medo, ameaças, lista de mortes afixadas nos portões das escolas, lesões corporais graves e homicídios. Essas notícias, estampadas na mídia, apavoravam toda a sociedade capixaba (ANEXO C).

Com o início dos atendimentos, dentro de uma nova proposta de prevenção, a incidência de crimes começa a cair drasticamente. Com a Patrulha Escolar, mesmo iniciando o trabalho no mês de outubro de 2010, percebe-se grande decréscimo na incidência de registros de atos infracionais/crimes no ambiente escolar. Ao final do ano letivo de 2010, com menos de 03 (três) meses de atuação, foram realizados 854 (oitocentos e cinquenta e quatro) atendimentos, sendo 76% (setenta e seis por cento) de atendimentos preventivos. Com a ampliação da Patrulha Escolar, as visitas às unidades de ensino fecharam o ano letivo de 2013 com 5.700 (cinco mil e setecentos) atendimentos realizados, sendo 98% (noventa e oito por cento) de ações preventivas (Figura 1).

Figura 1 – Atendimentos da Patrulha Escolar no período de 2010 a 2013



Extraído de: Polícia Militar do Espírito Santo.

Pela observação dos dados estudados, Rocha e Zen afirmam:

Ao analisar criticamente os dados acima sobre o Programa “A Patrulha Escolar” confirma-se a hipótese de que esta ação contribui de forma significativa para a formação de valores que promovem a cultura de paz. [...] o que fica evidenciado é que a redução da violência se deu por meio da presença e atuação dos policiais junto à comunidade escolar. (ROCHA; ZEN, 2014, p. 11).

De acordo com Costa (2015), os atendimentos realizados pela Patrulha Escolar foram aumentando ano a ano; contudo, os casos de atuação em ocorrência

repressiva reduziram significativamente, conforme dados apresentados na Revista Inoves (2013).

A Patrulha Escolar atua em conjunto com a escola e a família, reformulando valores com os jovens, colaborando com a formação destes cidadãos e proporcionando a atuação deles como multiplicadores sociais. Os dados compilados do Informativo Patrulha Escolar (2012) - SISE/SEDU demonstram que a reincidência dos alunos que cometiam atos infracionais dentro do ambiente escolar foram decaindo ao longo dos anos após início da atuação da Patrulha Escolar. Segundo registros, em 2010, 3% (três) dos alunos reincidiram em atos infracionais, em 2011, a reincidência caiu para 2% (dois) e em 2012 chegou ao patamar de 0,87% de reincidência.

Outro dado importante é o estudo de Pinto et al (2018, p. 5) que analisou estatisticamente nos anos de 2009, 2012 e 2015 as tendências de situações de violência vivenciadas por adolescentes nas capitais brasileiras e obteve como resultado que em relação ao envolvimento em briga em que alguém usou arma de fogo, apesar das variações médias pequenas, a maioria das capitais teve tendência de aumento estatisticamente significativo sobre a violência, com exceção de Vitória, e mais duas capitais da região sul do país que apresentaram tendências negativas. Pinto et al (2018) também acrescenta que os grupos mais vulneráveis foram os escolares das escolas públicas, os adolescentes do sexo masculino no caso do envolvimento em brigas com arma branca ou de fogo e adolescentes do sexo feminino no caso de agressão física por familiar. O grupo adolescente em período escolar, inserido nas escolas públicas é o principal coadjuvante da Patrulha Escolar para a redução de atos violentos.

Esta parceria tende a fortalecer e disseminar a cultura de paz, entendida como um modo de pensar e agir que rejeita a violência e valoriza a diversidade, o diálogo, a negociação e a mediação como estratégias para a resolução dos conflitos e, desta maneira, agir como referências positivas para toda a comunidade onde os alunos estão inseridos. Esse trabalho em parceria com as escolas e a comunidade estudantil proporcionou um nível de confiança extremamente alto entre todos os atores desse protagonismo de cultura de paz.

É importante registrar a afirmação de Silva (2013), que descreve que o trabalho da Patrulha Escolar, em parceria com a Escola Stellita Ramos, proporcionou uma redução em torno de 70% dos registros de indisciplina, e 100% os casos de atos infracionais no ambiente escolar estudado.

Duarte (2006) confirma os levantamentos de Silva (2013) ao demonstrar, em seu estudo sobre os efeitos da violência no aprendizado, que a insegurança é um dos problemas que atingem o aproveitamento didático e também o desenvolvimento intelectual dos alunos das escolas públicas da cidade de Recife. O autor ainda coloca o seguinte apontamento: “Se a violência inexistisse, ou se a incidência fosse menor, provavelmente o aprendizado dos alunos seria mais satisfatório.” (DUARTE, 2006, p.97).

O trabalho da Patrulha Escolar, foco da pesquisa de Silva (2013), direciona que a presença de policiais capacitados na escola contribuiu para um aumento relevante do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. A EEEF Stellita Ramos, segundo o site do índice, em 2010 apresentava 2,9 pontos no IDEB.

Nesse ano, é publicada no jornal de circulação estadual *A Gazeta* a relação das dez piores escolas do Estado, expondo, infelizmente, seus nomes (SILVA, 2013, p. 77). Porém, em 2012, a nota do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental salta para 4,91, chegando em 2015 a 5,6 (IDEB, 2017), um incremento de 69% de melhoria no ensino de 2010 para o ano de 2012 e de 93% de 2010 para o ano de 2015, segundo a autora.

A autora Silva afirma que “uma escola com metas e foco na aprendizagem e na boa convivência entre os pares pode reverter um quadro negativo” (2013, p. 77, tradução nossa).

Nesse mesmo sentido, a EEEF Stellita Ramos aponta melhoria nos índices de aprendizado e, conseqüentemente, os índices de reprovação caem entre 2009 a 2013 um percentual de quase 35% (SILVA, 2013). Dessa forma a aprovação aumenta aproximadamente 23% nos anos iniciais do ensino fundamental (Tabela 9).

Tabela 9 – IDEB - Taxa de aprovação - anos iniciais do ensino fundamental da EEEF Stellita Ramos

ANO	1º	2º	3º	4º	5º	P
2009	-	60,0	84,6	87,5	71,4	0,74
2011	84,0	100,0	-	72,4	76,2	0,82
2013	87,5	100,0	88,0	89,3	-	0,91

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Nota: (P) Indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação dos alunos da escola nessa etapa de ensino.

Ressalte-se que o trabalho em conjunto também colaborou para os ótimos resultados nos anos finais do ensino fundamental da EEEF Stellita Ramos, também segundo os dados do site do IDEB.

No início de 2013 a Patrulha Escolar possuía um nível de confiança e aprovação de 98% pelos alunos, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo na data de 28 de janeiro de 2013 (ANEXO D). Reforça esses dados a conclusão encontrada pela autora Silva (2013).

A presença da Polícia da Patrulha Escolar, trabalhando na reformulação de valores junto com os jovens, em associação com a escola, a família e a comunidade local, conseguiu uma redução significativa no número de ocorrências, principalmente a reincidência do cometimento de ato infracional e da violência contra os funcionários nas escolas, e de estudantes contra estudantes, demonstrando que a continuidade desse processo resulta em redução da violência no ambiente escolar (SILVA, 2013, p. 82, tradução nossa).

O trabalho da Patrulha Escolar, todavia, não fica somente nas visitas preventivas. Os policiais apresentaram inúmeras palestras com o tema "*bullying*", atendendo aos alunos dos ensinos fundamental e médio das escolas estaduais da RMGV. Na palestra de conscientização contra o *bullying*, os militares explicam como ocorrem, suas causas, consequências, bem como levam os alunos a refletirem sobre o tema, visando promover uma cultura de paz no ambiente escolar.

Além disso, a Patrulha Escolar, em parcerias com os gestores escolares, ministrava palestra para os pais/responsáveis dos alunos. As palestras abordavam a questão do Regimento Escolar, responsabilidades, valores familiares, sendo ressaltada a importância dos pais/responsáveis no acompanhamento dos alunos em todo seu processo escolar. Esses eventos também aproximam a comunidade da escola e da Polícia Militar, propiciando uma interação positiva entre esses segmentos. A participação dos policiais é essencial para que as famílias dos alunos conheçam quem são os militares que visitam aquela escola, e que possam compreender de que maneira contribuem para a melhoria do espaço de ensino e aprendizagem.

A participação no protagonismo infantojuvenil, o resgate dos laços entre a família e a escola, trouxeram grandes resultados no desenvolvimento de um ambiente tranquilo para aproximadamente 160 (cento e sessenta) mil alunos da rede estadual de ensino e servidores da educação, ao longo de 2010 a 2013, e que culminou com o 1º lugar no Prêmio Inovação na Gestão Pública do Estado do Espírito Santo - Inoves

(categoria denominada Uso Eficiente dos Recursos Públicos), organização da Secretaria de Estado de Gerência e Recursos Humanos - SEGER/ES, no ano de 2013, publicado no Diário Oficial dos poderes do Estado (ES) em 13 de janeiro de 2014, pag.17 (ANEXO E).

Costa (2015) registra o significado para a Patrulha Escolar em participar do Prêmio Inoves, dizendo, nas entrevistas realizadas, que

a intenção de estar participando desse Prêmio era de mostrar para sociedade o trabalho que eles realizam, que é um trabalho diferenciado lá, e que faz diferença no chão da escola. É uma inovação. E também estar mostrando para sociedade a imagem da polícia, porque a polícia ela não é muito bem vista pela sociedade. [...] A razão que impulsiona a participar é ver o trabalho reconhecido. O reconhecimento do seu trabalho. Não pelo prêmio em si, mas pela valorização mesmo, pelo reconhecimento da sociedade. (COSTA, 2015, p. 89).

Contudo, Costa (2015) aponta um fator importante:

Percebeu-se que, na maioria das vezes, a motivação em desenvolver projetos inovadores parte do interesse da própria pessoa em querer fazer diferente, em querer inovar. Os relatos dos servidores inovadores premiados ressaltam que carece de incentivo por parte do governo para práticas inovadoras. (COSTA, 2015, p. 99).

Nesse sentido, ratifica o que Costa (2015) afirma:

Percebeu-se nas entrevistas que os projetos premiados, tanto Patrulha Escolar quanto ISS Online, foram motivados por servidores de linha de frente ou gerentes de nível intermediário, com características de líderes, que perceberam a necessidade de mudança e buscaram inovar no trabalho, sendo essencial o apoio desses líderes e dirigentes para o sucesso da inovação. (COSTA, 2015, p. 100).

Há de se distinguir que a conquista do prêmio INOVES valoriza e reconhece todo o trabalho construído a várias mãos, em bases sólidas, por pessoas que acreditavam que a construção de paz é o caminho mais viável para o crescimento saudável de uma sociedade.

6.5 OS DADOS FRENTE À BASE TEÓRICA

Neste tópico, pretende-se analisar o projeto da Patrulha Escolar no processo de construção de paz nas escolas públicas estaduais, coordenando a pesquisa, o histórico, as metodologias e os resultados, à luz da base teórica apresentada.

Para melhor compreensão, será dividido o desenvolvimento do policiamento nas escolas em duas épocas: período da atuação do CVPMI (2003 a 2009) e o período da Patrulha Escolar (2010 a 2013).

Nesse sentido, faz-se necessário um olhar sobre a formação dos policiais para o desenvolvimento e promoção de cultura de paz. Os policiais do CVPMI, como já explanado, são policiais da reserva, isto é, aposentados com mais de 30 de serviço prestado. Experiência valiosa, sem dúvida, mas há que se considerar que a sua formação e trabalho se deram em um contexto com forte apelo à repressão, período da década de 70, 80 e 90, enquanto que os policiais da Patrulha Escolar foram formados em outra época, já com a vigência da última Constituição Federal. Matsuura (2000) aborda que para a construção de uma cultura de paz faz-se necessário adotar atitudes e compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, pela justiça, pelos direitos humanos, pela democracia, como também tolerância, igualdade e solidariedade.

No CVPMI, o ingresso para atuação no policiamento escolar era apenas o desejo de participar, porém na Patrulha Escolar, além do desejo, havia uma seleção dos profissionais que possuíssem curso superior com alguma ênfase na área social ou afim.

Entretanto, observa-se que este não é apenas o fator diferencial. Segundo Silva (2013), eram realizadas reuniões mensais para avaliar os atendimentos, fazer estudos de caso, caracterizando que a força de trabalho era continuamente capacitada. Mourão (2009) coaduna com o pensamento de que a qualificação profissional proporciona resultados tanto para as organizações como também equipes de trabalho e o próprio funcionário.

Observa-se que a dedicação ao trabalho, aliada aos treinamentos contínuos, foram uma das forças motrizes para a obtenção de resultados sólidos pela Patrulha Escolar.

O trabalho desenvolvido nas escolas inicia-se com a criação de uma metodologia programada de atuação, na qual é definido um roteiro de visitas diárias, contudo com qualidade, isso é caracterizado na quantidade por turno de serviço. São apenas três escolas por turno de 8h de trabalho dos policiais da Patrulha Escolar. A mesma dupla de policiais visita a escola durante o ano e ao longo dos anos tem se mantido. Essa dupla se sente responsável e cria laço de confiança com a comunidade escolar. Seguindo os princípios da Polícia Comunitária, proposto por Robert Peel

(1829), os policiais da Patrulha Escolar foram construindo uma relação de respeito e um trabalho com a participação da sociedade. Dessa forma, observa-se que a Patrulha Escolar foi angariando reconhecimento positivo pela comunidade no desempenho das atividades policiais.

Nesse conjunto de atividades, a Patrulha Escolar consegue incentivar a cooperação dos alunos, como também o respeito voluntário das leis.

Nas atuações em situações de conflito com a lei, observa-se que a maneira de atuar e a proposta de mediação do conflito por meio das reuniões com os alunos, familiares, Conselho Tutelar e a escola, impactou positivamente para aumento de confiança no trabalho policial.

Por conseguinte, observa-se, pela redução dos atendimentos repressivos e aumento considerável dos atendimentos preventivos, de participação do convívio escolar, que o diálogo, o aconselhamento e os alertas surtiram efeitos nessa proposta de construção de uma cultura de paz com a comunidade escolar.

Reafirmando os ensinamentos de Robert Peel, Miki (2010) colabora com o pensamento de que o bom desempenho da Patrulha Escolar é validado pela quase ausência de ocorrências repressivas e desordem, e não nas apreensões entorpecentes, armas e a detenção de adolescentes em conflito com a lei.

Há de se registrar que o trabalho em 2013, fruto do trabalho mencionado, venceu o Prêmio Inovação da Gestão Pública do Espírito Santo - INOVES, na categoria "Uso eficiente dos recursos públicos" (ANEXO E).

A atuação baseada na cooperação entre a comunidade escolar e a polícia proporciona uma sensação de segurança gerada no respeito, na aprovação e na confiança.

No modelo de Patrulhamento Escolar proposto no Espírito Santo, observa-se uma atuação policial mais voltada para os cidadãos.

Com um trabalho voltado na concepção do policiamento comunitário, o jovem passa a legitimar a "autoridade" do policial da Patrulha Escolar, e, a partir desse ponto, o esse aluno constrói representações em torno dessa autoridade que serão também referência nesse ambiente. E assim, em parceria com a escola, desenvolve-se o respeito voluntário ao próximo, ao regimento escolar e às leis, sem a necessidade de imposições, uso da força ou punições. Apenas respeitando a complexidade que é o Ser jovem, nesse emaranhado de ligações das microvivências, das

microexperiências, das microdiferenças, comentado por Micheal Certeau (2014) em seus estudos.

A Patrulha Escolar, ao aproximar de forma pacífica, temperada e pausada, proporciona a sua inserção no ambiente escolar de maneira suave, propiciando interações recíprocas, gradativas, entre o aluno jovem e os policiais, com os símbolos que os representam, no seu contexto do ambiente escolar, como Bronfenbrenner (2005) argumenta. Dessa forma, os policiais, ao fazerem parte do grupo da comunidade escolar, começam a inter-relacionar-se e influenciar o indivíduo (o aluno), assim ocorre o inverso, de uma forma orgânica, obtendo-se um desenvolvimento mútuo, segundo o estudo desenvolvido por Bronfenbrenner (1996), baseado na Sociometria de Moreno.

Blaya (2006) afirma que a parceria escolas, famílias e bairros é um dos elementos indispensáveis da prevenção e da luta contra o fenômeno da violência (BLAYA, 2006, p. 129).

Essa relação de desenvolvimento mútuo, de cada indivíduo na sua dimensão, é identificada nas entrevistas tanto com o Policial A, B ou com C, que afirmavam que se sentiam motivados ao perceber a realidade da escola ser transformada com a participação deles.

Segundo Moser (1998), dentro da linha de pensamento da psicologia ambiental, o estudo da pessoa em seu contexto possui como foco central as inter-relações.

Dessa maneira, imagina-se que essas dimensões sociais e culturais estão sempre presentes na definição dos ambientes, influenciando as sensações, a avaliação e as atitudes do jovem frente ao ambiente, isto é, cada aluno sente, avalia e tem atitudes individuais em relação ao ambiente social e físico em que vive.

Nesse sentido, pessoas que vivem em condições precárias, sem acesso a lazer, sem programas culturais, ou seja, em lugares onde há a ausência do Estado, onde predominam as dificuldades sociais e financeiras, abrem portas mais facilmente para a entrada da criminalidade.

Nesse conjunto, o aluno, usando o que Certeau (2014) chama de “artes de fazer”, irá estabelecer uma nova apropriação do espaço e do uso da forma que enxerga e pode viver, aproveitando-se da sua esperteza, demonstrando resistência e reagindo ao que ele acredita que está contra ele.

É nesse ponto que o trabalho de referência da Patrulha Escolar auxilia para a preservação do patrimônio escolar, demonstrando aos alunos que a Escola pertence a eles, à comunidade e conseqüentemente aos seus irmãos e assim por diante.

Esse trabalho de pertencimento do ambiente escolar, segundo os autores, ressalta a importância de reescrever laços que pertençam também à personalidade do jovem e auxilia nesta construção de uma cultura de paz no ambiente escolar (MOZER, 1998).

7. CONCLUSÃO

De acordo com os resultados apresentados pelo trabalho da Patrulha Escolar, pode-se indicar que é um programa com bastante eficiência, visto agregar valor tanto a imagem da Polícia Militar como o ambiente escolar, proporcionado a construção de uma cultura de paz. Aproxima a comunidade e seu entorno é gerado um ambiente seguro e dessa forma é um grande instrumento do Estado para construção de uma cultura de paz em conjunto com o ambiente escolar. O reflexo pode ser observado também no estudo de Silva (2013) que registra o aumento do IDEB em uma das escolas atendidas. Outro ponto marcante foi o declínio das situações de violência vivenciadas por adolescentes na capital do Espírito Santo, pontuado pela análise de Pinto et al (2018). Altera a visão do policial quanto a sua função como servidor público, evoluindo para uma perspectiva mais abrangente e não reigente. Cabe assinalar que o trabalho, no período estudado, também foi premiado na categoria “uso eficiente dos recursos públicos” do Premio Inovés 2013.

O projeto Patrulha Escolar nunca contou com mais de 22 praças e um oficial intermediário (capitão), atendendo a um universo de 150 escolas e 160 mil alunos da rede pública estadual do Espírito Santo.

Nada obstante, realizava anualmente 5.700 atendimentos preventivos e apenas 114 repressivos, sendo que as ocorrências envolvendo atos infracionais em 2010 saíram de quase exclusivamente 100% nos primeiros dois meses, fechando o ano com 24%, confirmando que a visita regular de profissionais capacitados surte grande efeito positivo (BELÉM, 2017). E em 2013, apenas 2% dos quase 6 mil atendimentos, nesse ano, foram repressivos.

Cabe lembrar que com o início da atuação da Patrulha Escolar, a demanda reprimida e ocultada da escola começa a ser atendida. Nesse início, a Escola apenas acionava a Polícia Militar para atendimentos de repressão, portanto não havia prevenção. A violência em ambiente escolar começa a declinar com o aumento das visitas preventivas e, principalmente com a regularidade, em pouco mais de três anos houve uma queda vertiginosa. Embora não fosse essa a missão da Patrulha Escolar, também os episódios de simples indisciplina caíram, de acordo com Silva (2013), em torno 70% na escola estudada.

Confirma ainda a autora, com base no site do IDEB que, além de a taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental ter subido de 0,78 em 2011 para 0,82 em 2013, a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB³ melhorou também consideravelmente, e o índice subiu de 2,9 em 2009 para 5,6 em 2015, segundo o site do índice.

E para concluir os resultados da escola, na Prova Brasil, o índice de proficiência padronizada em matemática cresce de 3,8 em 2011 para 4,6 em 2013, e em língua portuguesa também sobe de 4,0 em 2011 para 4,7 em 2013. Cabe ressaltar que segundo o IDEB, em 2013 a EEEF Stellita Ramos alcançou a sua melhor média da proficiência em língua portuguesa e matemática no período de 10 anos.

O trabalho da Patrulha Escolar, com um custo realmente baixo, ameniza a cobrança da comunidade local com os batalhões de cada município para o atendimento às escolas estaduais, sugerindo que é viável a criação de uma unidade especializada.

Diante dos resultados e avaliações, em 20 de junho de 2018, o Governo do Estado do Espírito Santo assina a criação da Companhia Especializada de Polícia Escolar (CEPE) – uma unidade operacional que será responsável pela execução do policiamento ostensivo escolar em todo o Estado.

Trata-se, como facilmente perceptível, que o programa é de baixíssimo custo e intenso impacto na redução da violência em ambiente escolar, contribuindo ademais para que a educação seja efetivamente acessível ao aluno das áreas socialmente vulneráveis, para reduzir a evasão escolar e melhorar os índices de desempenho, para que os pedagogos estejam mais motivados e seguros em seu ambiente de trabalho, para a tranquilidade dos pais e para a formação de valores e paradigmas saudáveis de comportamento, sendo que, embora explicitamente vetada a interferência da Patrulha Escolar em situações de simples infração disciplinar, estas também sofreram redução evidente, como efeito colateral benéfico.

Veja-se que isso foi obtido com o trabalho de prevenção e construção de uma cultura de paz, que conseqüentemente resultou na redução das ações repressivas, isto é, com a apreensão de adolescentes em conflito com a lei, contribuindo diretamente com outros órgãos, em especial o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Secretaria de Justiça.

³ <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/32034920>

Ao mesmo tempo, o programa também contribuiu para aproximar professores, alunos, pais e outras autoridades públicas da Polícia Militar, o que resulta em maior facilidade de atuação também em outras funções da corporação.

O programa, apesar de suas bases teóricas solidamente desenvolvidas em conjunto pelos policiais e pelos técnicos da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo – SEDU/ES, não tem seu funcionamento dependente de determinada corrente pedagógica, nem da validade de qualquer teoria científica específica, muito menos de treinamentos ou equipamentos sofisticados, tratando-se em parte da adequação dos procedimentos policiais padronizados às peculiaridades do ambiente escolar, em parte da adoção dos princípios do policiamento comunitário, em parte da escolha e manutenção duradoura de uma equipe de perfil adequado e motivada para essa forma de atuação.

Seus resultados decorrem, além da iniciativa, de treinamentos contínuos, como também de medidas simples e efetivas, embora de difícil adoção em caráter duradouro e sistemático, visto que a complexidade da atuação não pode ser direcionada para abordagens mecânicas e repetitivas do policiamento ordinário de área.

Portanto, o estudo baliza de forma científica a metodologia e seus resultados do trabalho desenvolvido pela Patrulha Escolar, proporcionando para a sociedade científica mais um instrumento para o compartilhamento de informações que agregam valor a sociedade. Segundo os autores (PINTO et al, 2018; BELEM, 2017; COSTA, 2015; ROCHA, ZEN, 2015; SILVA, 2013), o trabalho da Patrulha Escolar possui grande valor e diante disto é imprescindível registrar no meio acadêmico as informações relevantes para a Segurança Pública, e para os gestores do Estado, dado o programa não depender de aumento de despesas e o estudo reunir as direções para aperfeiçoamento contínuo e replicação em todo o território nacional, seja em outras coirmãs Polícias Militares ou com as Guardas Municipais, respeitando as peculiaridades regionais.

8. REFERÊNCIAS

ALUNOS da Grande Vitória aprovam o trabalho da Patrulha Escolar. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 28 jan. 2013. Disponível em:

<<http://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/2433/#/p:4/e:2433?>>. Acesso em: 15 de abril de 2017

ARRUDA, Luiz Eduardo Pesce de. **Polícia e Direitos Humanos: A responsabilidade das escolas: Uma análise cotejada com Theodor Adorno.**

Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ano 2013 – Edição 12–Novembro/2013. Disponível em

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/3473>> Acesso em 17 fev 2019.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BAYLEY, D.H. (2001). **Padrões de policiamento** – uma análise comparativa internacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, NEV.

BELÉM, Warner Di Francesco. **Informativo interno do Sistema de Segurança Escolar/Patrulha Escolar**, Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. 15 mar 2013.

_____. **Patrulha Escolar, uma parceria SESP/SEDU: Estudo de caso, da criação à premiação do Inovês, no período de 2010 a 2013.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Academia de Polícia Militar, Cariacica, 2017.

BENVENUTI, Marcelo Frota Lobato. Thais Porlan de Oliveira. Leticia Albernaz Guimarães Lyle. **Afeto e comportamento social no planejamento do ensino: a importância das consequências do comportamento.** 2017 | volume 28 | número 3 | 368-377. Psicologia USP. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420160135>> Acesso em 18 fev 2019

BITTNER, Ergon. **Aspectos do trabalho policial**. Trad. De Ana Luíza Amêndola Pinheiro. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

BORINS, S. **Innovation, success and failure in public management research: Some methodological reflections.** Public Management Review. v. 3, p. 3-17. 2001.

BOSCHI, Helena. **“Cultura de paz”: gênese de uma fórmula entre discursos de guerra e violência.** Trabalho Linguística Aplicada, Campinas, n(57.2): 848-876, mai./ago. 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/010318138651922366471>> Acesso em 18 fev 2019

BOTLER, Alice Miriam Happ. **Injustiça, conflito e violência: um estudo de caso em escola pública de Recife.** Cadernos de Pesquisa v.46 n.161 p.716-732 jul./set. 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/198053143676>> Acesso em 18 fev 2019.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. 2011 a 2013. Disponível em: <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/32034920>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 ago 2017.

BLAYA, Catherine. **Violência e maus-tratos em meio escolar**. Lisboa. Instituto Piaget. 2006.

BRUYNE, P. et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMARGO, Carlos Alberto de. **Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo**. Revista brasileira de segurança pública. V.9, n. 2, p. 218-233. São Paulo. 2015.

CASE, Anne. C.; KATZ, Lawrence F. **The company you keep: The effects of family and neighborhood on disadvantaged youths**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. 1991.

CERTEAU, M. de. **A cultura do plural**. Campinas: Papyrus, 2001.

_____, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3ed. 2011.

_____, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, jan2014.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologia, ano 4, n.8, p.432-443, jul/ dez.2002.

CORRAL-VERDUGO, Victor, **Comportamiento proambiental: una introducción al estudio de las conductas protectoras del ambiente**, Santa Cruz de Tenerife: Editorial Resma, S. L., 2001.

COSTA, Betânia de Laia. **Inovação na gestão pública do Espírito Santo: um estudo do Prêmio Inoves**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: < <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1536> > Acesso em: em 05 ago. 2017.

COSTA, Eloísa de Campos, GOMES, Carlos Minayo. **Superar a cultura da violência: um desafio para a escola**. In: TEVES, N.; RANGEL, M. (orgs). Representação Social e Educação. São Paulo: Papyrus Editora, 1999, p.159-176.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977. 264 p.

DIÁRIO OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: 2014. **Diário Oficial do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/650/#/p:25/e:650?>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

DUARTE, Renato. **Efeitos da violência sobre o aprendizado nas escolas públicas da cidade de Recife**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 2006.

FERREIRA, C. M. M. Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. **Revista do Serviço Público**. Ano 47, v. 120, n. 3, set-dez, 1996.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, TOSTA, Sandra Pereira. **A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola**. Belo Horizonte. Autêntica. 2008.

GUIMARÃES, A. M *et al.* **Na mira da violência: a escola e seus agentes**. Campinas. Cedes - Unicamp. 1998.

JACOB, Brian A.; LEFGREN, Lars. **Are idle hands the devil's workshop? Incapacitation, Concentration, and Juvenile Crime**. American Economic Review, Pittsburgh, v. 93, n. 5, p. 1560-1577, dez. 2003.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

KORPELA, Kalevi M.; KLEMETTILÄ, Terhi e HIETANEN, Jari K., **Evidence for rapid affective evaluation of environmental scenes**, Environment and Behavior, 34 (5), 2002, pp. 634-650.

MACAMO, Nataniel. **Uma reflexão sobre a implementação do policiamento comunitário em Moçambique**. Comunicado apresentado no XV Conselho Coordenador do Ministério do Interior, 2005.

MACEIÓ A. L. **Projeto de implantação de bases comunitárias de segurança em bairros**. Estado de Alagoas. Secretaria do Estado de Defesa Social, 2008.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

MAFFESOLI, Michael. **Les temps des tribos**. Paris. Librarie de Méridieus, 1988.

MEDRADO, Hélio et al. **Violência nas escolas**. Sorocaba. Minelli. 2008.

MELANDA, Francine Nesello et al. **Violência física contra professores no espaço escolar: análise por modelos de equações estruturais**. Caderno de Saúde Pública 2018; 34(5):e00079017. 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n5/1678-4464-csp-34-05-e00079017.pdf>> Acesso em 17 fev 2019.

MIKI, Regina Maria Filomena de Luca. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – 5ª edição**, Brasília, 2012.

MINAYO, M.C.S et al. **Pesquisa social**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1994

_____, M. C. S. et al. **Fala galera: juventude, violência e cidadania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Garamond. 1999.

MINT. **As lições do policiamento comunitário**. Gabinete Central de Coordenação do PC, Maputo, 2008.

_____. **Policiamento comunitário em Moçambique, desafios e perspectivas**. Gabinete Central de condenação do PC, Maputo, 2011

MONTEIRO, Milena Fontoura. **O policiamento comunitário como alternativa à democratização da Polícia**. Dissertação. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro. 2005. Disponvel em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp038250.pdf>> Acesso em 05 junho de 2018.

MOREIRA, Fernanda Haikal et al. **De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar**. Alunos do curso de psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Supervisoras: Prof. Maria das Graças B. Moulin e Prof. Maristela Dalbello Araújo. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho,1999,2 (1), 25-38. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v2/v2a03.pdf>> Acesso em 17 fev 2019

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 3ªed., 2007.

MOSER, Gabriel. **Psicologia Ambiental**. Estudos de Psicologia 1998, Universidade René Descartes-Paris. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a08v03n1.pdf>> Acesso em 05 de junho de 2018.

MOURÃO, Luciana. **Oportunidades de qualificação profissional no Brasil: Reflexões a partir de um panorama quantitativo**. Curitiba. Paraná. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13n1/a09v13n1.pdf>> Acesso 18 de junho de 2018.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin**. Petrópolis: Vozes, 8ª ed., 1995.

PINTO, Isabella Vitral et al.**Tendências de situações de violência vivenciadas por adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012 e 2015**. Rev BRas epidemiol 2018; 21(sUpl 1): e180014.sUpl.1. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v21s1/1980-5497-rbepid-21-s1-e180014.pdf>> Acesso em 17 fev 2019

PMES. Polícia Militar do Espírito Santo. **Patrulha Escolar**. Disponível em: <<https://pm.es.gov.br/patrulha-escolar>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

REIS, Leonardo Marquezi dos. **Coletânea de documentos do SISE** (Sistema de Segurança Escolar) da Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Vitória, 2003.

RIBEIRO, Ludmila. Victor Neiva e Oliveira. Alexandre Magno Alves Diniz. **Los significados de “policía comunitaria” para la Policía Militar Brasileña**. Estudios Sociológicos XXXIV: 102, 2016. Disponível em <<http://www.scielo.org.mx/pdf/es/v34n102/2448-6442-es-34-102-00603.pdf>> Acesso em 18 fev 2019.

RICO, José Maria e CHINCHILLA, Laura. **Segurança e Cidadania em América Latina**, Siglo Veintiuno Editores, 2002.

ROCHA, Adriana Salete de Toni; ZEN, Hilda Maria de Jesus Toretta. **Contribuição da gestão pública na formação de valores para a construção de uma cultura de paz: análise do programa Patrulha Escolar no estado do Espírito Santo**. Castelo Branco Científica, Colatina, Ano 4, n. 8, jul./dez. 2015 - Disponível em: <<http://castelobrancocientifica.com.br/img.content/artigos/artigo133.pdf>>. Acesso em: 5 de ago. 2017.

SANTOS. José Vicente Tavares. **Dilemas do Ensino Policial: das heranças às pistas inovadoras**. Ministério da Justiça. Ano 4, n. 7, p11-30, (2014)

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. São Paulo. Moderna. 2004.

SILVA FILHO, J. V. da S.; GALL, N.– **Incentivos perversos e Segurança Pública - A polícia**. Badeu Papers. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. 1999. Disponível em <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp22_pt.pdf> Acesso em 17 fev. 2019.

SILVA, Ivanete Monteiro de. **Análisis de la Contribución del Regimiento Común de las Escuelas Estatais del Espírito Santo y Patrulla Escolar como Instrumentos de Combate la Indisciplina y la Violencia en la Escuela Estatal de Enseñanza Fundamental Stellita Ramos los años de 2011, 2012 y 2013**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Metropolitana de Assunção, Assunção, 2013.

TRABALHO de prevenção: **Numa atuação pedagógica, Patrulha Escolar percorre escolas da Grande Vitória com foco em evitar conflitos**. Revista Inovés, Vitória, ano 9, 9. ed. p. 22-23. 2013. Disponível em: <http://www.inoves.es.gov.br/Revistas/Revista_Ciclo_2013.pdf> Acesso em: 3 ago. 2017.

TRASSI, Maria de Lourdes, MALVASI, Paulo Arthur. **Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo. Cortez. 2010.

UNIVERSIDADE VILA VELHA. **Manual de orientação na elaboração e formatação de trabalhos de conclusão de curso** Vila Velha, Biblioteca Central, 2014. Disponível em <https://www.uvv.br/wp-content/uploads/2018/09/manual_final.pdf> Acesso em 19 fev 2019

ZALUAR, A. et al. **Violência e educação**. São Paulo. Livros Tatu/Cortez. 1992.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2010**: Anatomia dos homicídios no Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, SEDH, 2010.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para Servidor/Professor e Aluno

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Fonte: Servidor(a) ou aluno(a) da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo

Identificação: _____ Data: ____ / ____ / 2018
Nome (iniciais): _____ Idade: _____
Profissão: _____
Cargo/Função (Servidor): _____
Série (Aluno): _____
Local de trabalho/estudo: _____
Município: _____
Graduação (Servidor): _____
Pós-graduação (Servidor): _____
Tempo de formado (Servidor): _____
Tempo de atuação na rede Estadual de Ensino (Servidor): _____
Experiência anterior com o campo da Educação (Servidor):
1. Sim. Onde? _____
2. Não

QUESTÕES NORTEADORAS:

MENSURAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR NO CONTEXTO SEGURANÇA

1. Qual era a situação da Escola (das Escolas) antes da atuação da Patrulha Escolar?

2. Qual era a situação da Escola (das Escolas) depois da atuação da Patrulha Escolar?

3. Após a participação da Patrulha Escolar, ocorreram mudanças ambientais e estruturais na unidade de Ensino? Quais? (orientações: Muros mais altos/grades/iluminação/instalação de câmeras/alarmes/outros)

MENSURAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO CONVÍVIO DOS POLICIAIS DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR

4. Qual o nível de importância do convívio dos policiais da Patrulha Escolar, dentro do ambiente de ensino?

- A. muita importância
- B. pouca importância
- C. nenhuma importância
- D. não sabe

MENSURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

5. Qual é a participação da comunidade no diagnóstico e soluções para as questões envolvendo a segurança no ambiente escolar?

- A. participa sempre
- B. participa muitas vezes
- C. participa poucas vezes
- D. raramente participa
- E. nunca participa

6. Quais as atividades desenvolvidas nessas participações?

7. Existem ações individuais, de membros da comunidade, para melhoria da segurança do ambiente escolar?

- A. Sim. Quais? _____
- B. Não.

MENSURAÇÃO DA ATUAÇÃO DA PATRULHA ESCOLAR

8. Em quais situações você identifica a participação dos policiais da Patrulha Escolar?

- A. atividades culturais
- B. atividades desportivas
- C. horário de intervalo/recreio
- D. campanhas antidrogas
- E. segurança no trânsito
- F. proteção ao meio ambiente
- G. reuniões escolares
- H. Outras. Quais: _____

9. Quando os policiais da Patrulha Escolar orientam no quesito segurança a Unidade de Ensino:

- A. são colocadas totalmente em prática
- B. algumas delas são colocadas em prática
- C. nenhuma delas são colocadas em prática
- D. não sabe responder

10. Existe confiabilidade nos policiais da Patrulha Escolar nas Unidades de Ensino?

- A. Sim.
- B. Não.
- C. Não sabe responder.

11. Com relação ao atendimento da Patrulha Escolar nas unidades de Ensino:

- A. atende totalmente as expectativas e necessidades
- B. atende em parte as expectativas e necessidades
- C. atende poucas expectativas e necessidades
- D. não atende qualquer expectativa e necessidade
- E. não sabe responder

12. Com relação adequação da atuação da Patrulha Escolar às peculiaridades da sua escola:

- A. está totalmente adequada, não gerando quaisquer efeitos negativos no ambiente escolar;
- B. está muito adequada, gerando muito mais efeitos positivos que negativos no ambiente escolar
- C. está razoavelmente adequada, gerando vários efeitos negativos no ambiente escolar que precisam ser corrigidos
- D. está inadequada, gerando mais efeitos negativos que positivos no ambiente escolar.
- E. não sabe responder.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para Policiais Militares

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Fonte: Policiais Militares que atuaram no SISE/SEDU no período de 2003 a 2013.

Identificação: _____ Data: ____ / ____ / 2018
Nome (iniciais): _____ Idade: _____
Cargo/Função: _____
Local de trabalho: _____
Município: _____
Graduação: _____
Pós-graduação: _____
Tempo de serviço na Polícia Militar: _____
Período de atuação no policiamento escolar – SISE/SEDU: _____
Experiência anterior com o ambiente da Educação:
1. Sim. Onde? _____
2. Não

QUESTÕES NORTEADORAS:

1. Em sua visão, o que é o policiamento escolar?
2. Como era desenvolvido o policiamento escolar em sua rotina de trabalho?
3. As visitas eram direcionadas aos acionamentos ou existia outro critério que estabelecesse a frequência do policial militar à unidade de Ensino?
4. Ao ser acionado para o atendimento de uma ocorrência de um ato infracional/crime dentro do ambiente escolar, envolvendo alunos, qual era o procedimento rotineiro?
5. Havia algum treinamento e/ou procedimento para atuação do policial militar dentro da unidade de ensino?
6. Que ações de segurança eram realizadas em cada visita nas unidades de Ensino?
7. O que você acredita que deve/poderia ser feito pelo policial militar em uma visita a uma unidade de ensino?
8. Existiam facilidades para o desenvolvimento do policiamento escolar oferecidas pelas Escolas e pela Secretaria de Estado da Educação-SEDU?
9. Existiam facilidades para o desenvolvimento do policiamento escolar oferecidas pela corporação Polícia Militar e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública?
10. Quais eram as principais dificuldades para desenvolver o trabalho de policiamento escolar?
11. O que mais impulsionava de forma positiva o trabalho de policiamento escolar?
12. Como você avalia as práticas de policiamento escolar desenvolvidas por você e pela equipe do Sistema de Segurança Escolar – SISE, nas unidades de Ensino. Qual a contribuição/resultados dessas práticas?

ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA ESCOLAR: A INTERVENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, ATRAVÉS DA PATRULHA ESCOLAR, E O IMPACTO NO PÚBLICO INFANTO JUVENIL E NAS ESCOLAS, NO PERÍODO DE 2003 A 2013.

Pesquisador: WARNER DI FRANCESCO BELEM

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87646318.5.0000.5064

Instituição Proponente: SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.621.165

Apresentação do Projeto:

A violência no ambiente escolar tem crescido e é um problema social que necessita ser trabalhado por várias mãos, Estado e comunidade. Ela prejudica gravemente o desempenho acadêmico, desmotiva os professores e reduz a qualidade de vida de toda a comunidade, impactando fortemente no processo de ensino e aprendizagem. O objetivo é investigar e caracterizar as práticas que vão além das rotinas policiais e que

tomaram a Patrulha Escolar referência nas escolas estaduais do Espírito Santo. A metodologia do estudo é descritivo, quantitativo, de corte transversal com dados coletados em entrevistas, pesquisas e por publicações que avaliaram a Patrulha

Escolar (2010 a 2013) e o modelo de policiamento anterior (2003 a 2009). Constatou-se que, sem aumento de gastos, empregando efetivo reduzido, e apenas através do

desenvolvimento, em colaboração estreita entre a SEDU, a SESP/PM/ES e outros órgãos públicos, com local de risco (5,1%). Queda dos incidentes de atos infracionais registrados nas escolas atendidas, que saiu de 24% do total de visitas em 2010 para 2% em 2013. Aprovação da Patrulha Escolar (98%) pelos alunos e servidores. Vencedor do Prêmio Inovex 2013. Pretende-se, através do conhecimento científico acadêmico, demonstrar que a participação de profissionais de segurança, com um olhar diferenciado, utilizando a metodologia do policiamento comunitário, sem

interferir dentro das salas de aula, respeitando as peculiaridades do ambiente acadêmico e seu

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2063 **Fax:** (27)3421-2063 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESTAB. 1969

UNIVERSIDADE VILA VELHA -
ES/UVV



Continuação do Parecer: 2.621.165

entorno, em estreita parceria dos diversos órgãos, produz muito mais a sensação de segurança e possibilita a inserção de um novo referencial positivo para as crianças e adolescentes na construção de paz.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo primário é determinar quais os elementos essenciais para a implantação bem-sucedida de programas semelhantes, com as devidas adaptações às realidades locais, pelas Polícias Militares de outros Estados, pelas Guardas Municipais e outras instituições, assim como nas escolas do interior do Espírito Santo. Ademais, buscar-se-á determinar os elementos essenciais para a implantação de outros programas baseados na filosofia do policiamento comunitário ou interativo.

Objetivo Secundário:

Como objetivos secundário, deseja-se determinar os resultados do programa "Patrulha Escolar" e investigar e caracterizar as práticas que vão além das rotinas policiais, que o tornaram referência em mais de 155 escolas estaduais do Espírito Santo, com desenvolvimento de uma aproximação com a comunidade e a cultura de paz, fundamentando cientificamente essas práticas, para que possam ser reproduzidas e estudadas sobre o viés das violências em contexto escolar.

A análise desse modelo de policiamento escolar tem como objetivo nortear e estruturar, com o conhecimento científico, um estudo de caso do projeto "Patrulha Escolar", desenvolvido no estado do Espírito Santo, no período de 2010 a 2013.

Em consequência desses apontamentos, também se almeja saber quais os impactos na construção de uma cultura de paz, dentro das Escolas

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2063 **Fax:** (27)3421-2063 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com

Página 02 de 05



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESTAB. 1968

UNIVERSIDADE VILA VELHA -
ES/UVV



Continuação do Parecer: 2.621.165

Estaduais da Grande Vitória, após a implementação do projeto "Patrulha Escolar", no sentido de acrescentar referências positivas os alunos e favorecer um ambiente saudável aos profissionais da Educação para exercerem plenamente sua atividade. Acrescenta-se ainda a hipótese de que a parceria entre a Escola, a Polícia Militar e a Família, é um exercício de cidadania que promove um ambiente imerso em uma cultura de paz para o desenvolvimento do ensino científico e um convívio saudável entre os professores e alunos. A importância de integração entre os entes do Estado, facilitando assim a parceria Escola – Família – Polícia Militar, bem como estudar ferramentas que produziram efeito significativo na redução da violência no ambiente estudantil, através do policiamento escolar desenvolvido pela Patrulha Escolar/SEDU e proporcionar um estudo científico sobre os pilares desenvolvidos no projeto "Patrulha Escolar".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos envolvidos com a participação do voluntário são: constrangimento em contar um evento melindroso que ocorreu no ambiente escolar, ressentir um momento de aflição e violência que sofreu ou presenciou, medo de relatar com receio de sofrer represália. Contudo, serão minimizados através das seguintes providências: a pesquisa será realizada em um ambiente privativo (sala), tem caráter sigiloso e individual, não é necessário contar uma experiência pessoal, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento o voluntário não precisará realizá-lo ou

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2063 **Fax:** (27)3421-2063 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com

Página 03 de 05



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESTAB. 1470

UNIVERSIDADE VILA VELHA -
ES/UVV



Continuação do Parecer: 2.621.165

interromper a qualquer momento.

Benefícios:

Os voluntários, ao participar da pesquisa, farão parte de um estudo que pretende estruturar um modelo de trabalho para ser utilizado pelos profissionais de segurança pública nos ambientes escolares, e por consequência, a melhoria do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar, reduzindo a vitimização dos jovens. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre segurança

pública e especificamente, sobre o policiamento escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante. A mesma poderá contribuir com o ensino, a pesquisa e a extensão da UVV.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1105215.pdf	23/04/2018 21:02:23		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Warner_Di_Francesco_Belem.pdf	23/04/2018 21:01:37	WARNER DI FRANCESCO	Aceito
Parecer Anterior	WARNER_DI_FRANCESCO_BELEM.pdf	23/04/2018 20:59:49	WARNER DI FRANCESCO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Qualificacao_Warner_Di_Francesco_Belem_20abr2018.DOCX	23/04/2018 20:58:14	WARNER DI FRANCESCO BELEM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_20abr2018.pdf	23/04/2018 20:54:46	WARNER DI FRANCESCO BELEM	Aceito
Outros	Termo_de_Assentimento.pdf	05/04/2018	WARNER DI	Aceito

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2063 **Fax:** (27)3421-2063 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com

Página 04 de 05



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESTAB. 1968

UNIVERSIDADE VILA VELHA -
ES/UVV



Continuação do Parecer: 2.621.165

Outros	Termo_de_Assentimento.pdf	11:45:44	FRANCESCO	Aceito
--------	---------------------------	----------	-----------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VILA VELHA, 25 de Abril de 2018

Assinado por:
Zilma Maria Almeida Cruz
(Coordenador)

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2063 **Fax:** (27)3421-2063 **E-mail:** cep.uvv@gmail.com

Página 05 de 05

ANEXO B – Protocolo de atuação da Patrulha Escolar



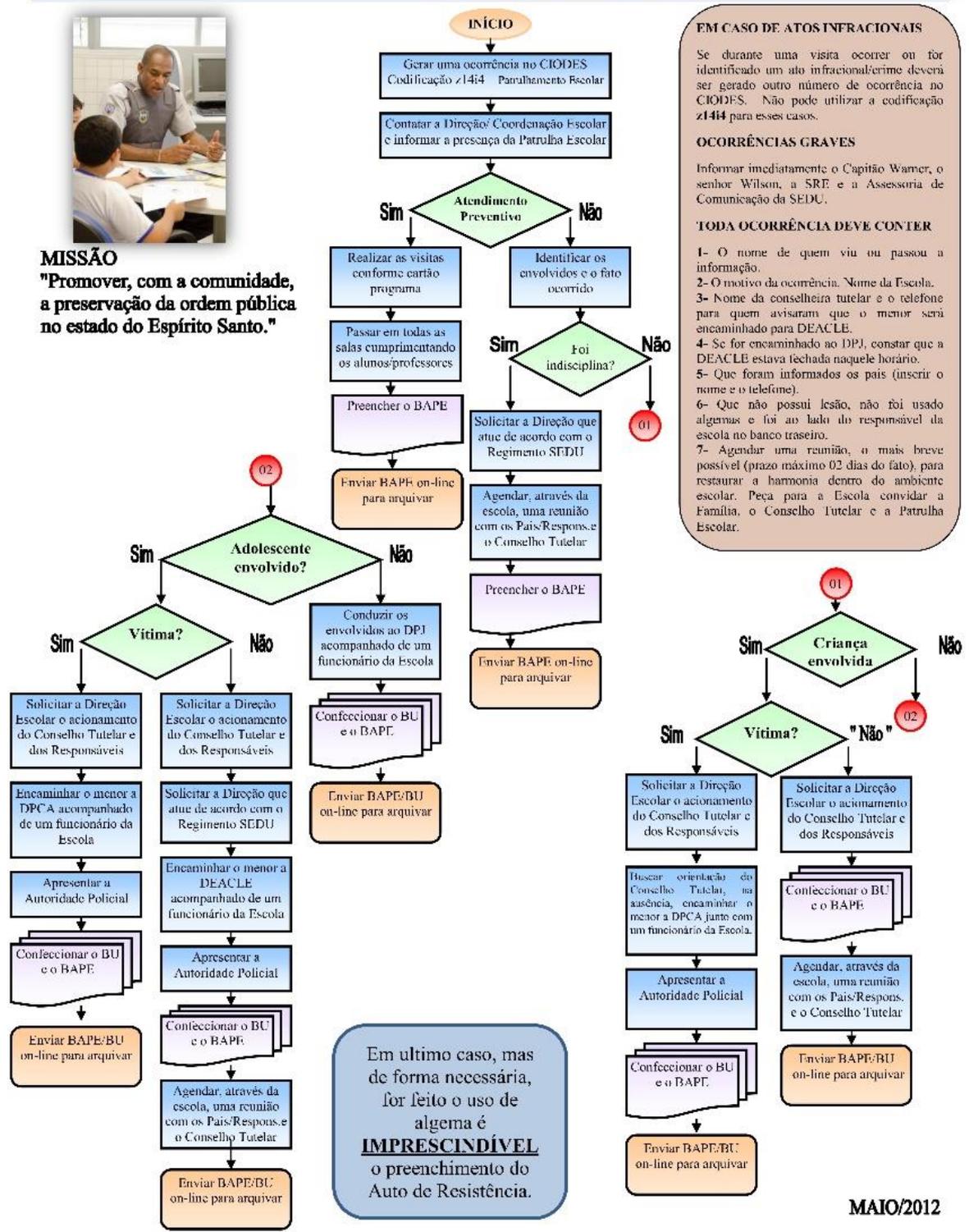
POLÍCIA MILITAR ESPÍRITO SANTO

PROCOLO DE ATUAÇÃO - 07B

SISTEMA DE SEGURANÇA ESCOLAR



MISSÃO
"Promover, com a comunidade, a preservação da ordem pública no estado do Espírito Santo."



EM CASO DE ATOS INFRACIONAIS

Se durante uma visita ocorrer ou for identificado um ato infracional/crime deverá ser gerado outro número de ocorrência no CIODES. Não pode utilizar a codificação z144 para esses casos.

OCORRÊNCIAS GRAVES

Informar imediatamente o Capitão Warner, o senhor Wilson, a SRE e a Assessoria de Comunicação da SEDU.

TODA OCORRÊNCIA DEVE CONTER

- 1- O nome de quem viu ou passou a informação.
- 2- O motivo da ocorrência. Nome da Escola.
- 3- Nome da conselheira tutelar e o telefone para quem avisaram que o menor seria encaminhado para DEACLE.
- 4- Se for encaminhado no DPJ, constar que a DEACLE estava fechada naquele horário.
- 5- Que foram informados os pais (inscrir o nome e o telefone).
- 6- Que não possui lesão, não foi usado algemas e foi ao lado do responsável da escola no banco traseiro.
- 7- Agendar uma reunião, o mais breve possível (prazo máximo 02 dias do fato), para restaurar a harmonia dentro do ambiente escolar. Peça para a Escola convidar a Família, o Conselho Tutelar e a Patrulha Escolar.

Em ultimo caso, mas de forma necessária, for feito o uso de algema é **IMPRESINDÍVEL** o preenchimento do Auto de Resistência.

MAIO/2012

ANEXO C – Reportagens sobre a violência escolar no ES

a TRIBUNA R\$ 1,00

VITÓRIA-ES • SEXTA-FEIRA - 29/05/2009 • ANO LXVIII • Nº 23.084 • FUNDADO EM 22/09/1938 • EDIÇÃO DE 66 PÁGINAS

Alunos fazem lista para matar seis professores em Vila Velha

Aviso foi afixado na porta da sala de professores da escola Silvio Rocio, em São Torquato. "Lista dos que vão para a vala", dizia o início do texto com as ameaças. ▶ 2 e 3

a TRIBUNA

VITÓRIA-ES | SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2010 | ANO LXXI | Nº 23.486 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 76 PÁGINAS

Bandidos recrutam alunos para praticar crimes dentro de escolas

Há casos de alunos da 4ª série do ensino fundamental que ameaçam professores, segundo a polícia. Estudantes envolvidos são usados para aliciar colegas, distribuir droga e assaltar. ▶ 2 e 3

VITÓRIA, ES, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2010 | ATRIBUNA 3

Reportagem Especial

INSEGURANÇA EM ESCOLAS

Trinta professores pedem afastamento

Mais de 30 professores ameaçados por alunos e que vivem estressados e com medo da violência nas escolas pediram afastamento de suas funções este ano.

Os pedidos foram registrados no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindipep). São educadores que atuam nas redes estadual e municipal, e muitos estão com sintomas de pânico.

De acordo com Marcelo Castro, diretor do setor jurídico do Sindipep, o número de professores em situação de risco no trabalho pode ser ainda maior. Ele revelou que a maioria dos casos não é registrada, já que as escolas tendem a abafar as situações.

aguardando a resposta do pedido de afastamento, contou seu drama. Ele revelou que passou a sofrer de síndrome do pânico.

"Fiquei à me sentir perseguido pelas ruas e não consigo mais ser a mesma pessoa. Tentamos educar esses alunos, mas eles já estão na marginalidade e só nos trazem prejuízo", desabafou.

O professor Jansé Nicácio da Silva explica que muitas vezes a escola vai à casa do aluno quando sente que ele está com comportamento diferente ou até mesmo se envolvendo com criminosos.

"Normalmente, a equipe pedagógica consegue fazer o aluno voltar, mas que percebemos é que os que já estão envolvidos abandonam todo por causa do crime."

PROFESSORES contam que viveram ameaças, agressões e momentos de terror no ambiente de trabalho



10 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, SÁBADO, 02 DE OUTUBRO DE 2010

Polícia

Aluno ameaça matar professora

GAZETAONLINE NOTÍCIAS ENTRETENIMENTO ESPORTES MAIS LIDAS MAIS RECENTES

NOTÍCIAS > Cidades > ESTÁ LENDO > Professores viram reféns da violência nas escolas do Espírito Santo

Cidades

Reportagem Especial

Professores viram reféns da violência nas Escolas do Espírito Santo

Medo após ameaça leva educador até a abandonar colégio

Compartilhar: [f](#) [t](#) [in](#)

Publicado em 14/08/2017 às 06h47
Atualizado em 14/08/2017 às 09h21

Fonte: A Gazeta




Busca OK

AGAZETA
Para você que espera muito mais de um jornal.

Capa | Minuto a Minuto | Cidades | Colunas | Dinheiro | Vida | Política | Mundo | Esportes | Caderno 2 | Prazer & Cia | Revista.AG | Gazetinha | Flip

Nas escolas, professor vira refém de alunos

Ameaças e agressões fazem parte da rotina nas salas de aula

03/12/2011 - 15h27 - Atualizado em 03/12/2011 - 15h27
A Gazeta

NOTÍCIA [Enviar por e-mail](#) AAA

Claudia Feliz
feliz@redgazeta.com.br

"Você vai amanhecer com a boca cheia de formiga!" A ameaça ainda ecoa na mente do professor João, 52. E não pense que partiu de um bandido, na rua. Foi feita a ele por um aluno, adolescente, na sala de aula de uma escola municipal, em Vitória.

Em Vila Velha, Joana levava seu aluno do ensino médio - que a desrespeitara, após ter sido flagrado colando - à coordenação quando sentiu, pertinho do seu braço, um cortador de unhas exibido pelo garoto, que lhe disse: "Só não mando você colocar esta prova em um lugar bem feio para não ser expulso".

Naquela hora, o medo não a impediu de denunciar o caso à polícia. Mas, licenciada do trabalho, já decidiu: mudará de profissão. "Farei novo vestibular, para Medicina", diz ela.

MARCAS DE VALOR

+ ESPÍRITO SANTO
18:53 Programa teve novidades no 14º ano

ANEXO D – Pesquisa sobre o nível de confiança e aprovação da Patrulha Escolar

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

4

Vitória (ES), Segunda-feira, 28 de Janeiro de 2013

EDUCAÇÃO

Alunos da Grande Vitória aprovam o trabalho da Patrulha Escolar

Dos 360 alunos entrevistados, 98% afirmaram confiar no trabalho dos policiais



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO / PMES

>>> A Patrulha Escolar teve sua criação no segundo semestre de 2012 e é uma ação desenvolvida em conjunto pela Sedu e a Sesp, juntamente da Polícia Militar

Servindo como incentivo para a continuidade de seus trabalhos, a Patrulha Escolar inicia 2013 com um grande estímulo: de acordo com uma pesquisa realizada com alunos da rede estadual, a atuação dos policiais nas unidades de ensino é encarada com positividade. Realizada no fim do ano passado, a atividade envolveu aproximadamente 360 estudantes. Na oportunidade, os jovens foram entrevistados sobre a importância e participação da Patrulha nos locais onde estudam.

Dos entrevistados, 98% deles afirmaram confiar no trabalho dos policiais. Para o capitão e coordenador da Patrulha Escolar, Warner Di Francisco Belém, essa aceitação por parte dos estudantes é fruto da proximidade com a comunidade escolar.

"No ano de 2012, foram realizadas 4.023 visitas às unidades de ensino. Nós visitamos as escolas diariamente, sendo que nenhuma escola deixa de nos receber pelo menos uma vez por

semana", explica o capitão sobre a presença da Patrulha nas escolas de toda Grande Vitória, que neste ano amplia sua atuação para as cidades de Viana e Guarapari.

Palestras, orientações e ações preventivas são algumas práticas que pontuam essa relação entre Patrulha e comunidade escolar. O contato com os policiais busca estimular a conscientização dos alunos sobre importantes aspectos que permeiam o ambiente escolar e nossa sociedade, como a discussão relacionada ao bullying e a prevenção ao uso de drogas.

Sobre a importância dessa parceria, o capitão Warner destaca a pro-

posta inovadora da ação. "É uma proposta mais ampla, que tenta modificar esse paradigma da figura do policial que o aluno possui, além de reforçar os objetivos do Programa Estado Presente".

A Patrulha Escolar teve sua criação no segundo semestre de 2012 e é uma ação desenvolvida em conjunto pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), juntamente da Polícia Militar. Ao todo 23 policiais fazem parte da equipe e atuam com o objetivo de construir um local propício ao processo de ensino, juntamente da comunidade escolar e a família.

4.023 visitas

foram realizadas em 2012 pela Patrulha Escolar às unidades de ensino da rede estadual da Grande Vitória

DESENVOLVIMENTO

Noruegueses querem construir Centro de Pesquisa no Espírito Santo

Um grupo de noruegueses do Instituto Sintef do Brasil esteve no Espírito Santo na última quinta-feira (24) para visitar instituições de ensino, empresas e Governo do Estado com o objetivo de apurar informações para a implantação de um núcleo de tecnologia no setor de petróleo e gás. A intenção dos representantes é montar um Centro de Pesquisa no Brasil visando inovação tecnológica no segmento e o Espírito Santo é forte candidato a receber o projeto.

Durante a manhã, eles conheceram as instalações do Núcleo de Competência Química do Petróleo (NCQP), localizado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e se reuniram com a vice-reitora Maria Aparecida Barreto e pesquisadores do tema. Na sequência, visitaram as instalações da sede da Petrobras, em Vitória, junto com representantes da Fapes, UCL, Faesa, Faculdade Novo Milênio, UVV, e Secretaria de Estado de Desenvolvimento.

À tarde, os visitantes conheceram as instalações do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Serra, com a intenção de conhecer as instalações e laboratórios, além do projeto de incubadora de empresas realizado pela instituição visando criar novas oportunidades para jovens empreendedores. A seguir, participaram de uma reunião na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (Setcti).

Na ocasião, o secretário da Setcti, Jadir Péla, enfatizou a nova fase de crescimento em inovação do Estado como ponto forte para atrair investimentos. "O Espírito Santo vive um salto considerável na produção científica e tecnológica com a Lei e o Fundo de Inovação, já sancionados. Esse cenário propicia um ambiente produtivo inovador e gerador de oportunidades de negócios".

Na opinião do secretário de Estado de Desenvolvimento, Nery De Rossi, a aproximação com os noruegueses foi de grande importância, já que as instalações e os projetos relatados impressionaram os visitantes, colocando o Espírito Santo em posição favorável para receber o Núcleo Tecnológico. "O Estado tem grande potencial de receber este projeto, visto que as instalações e os projetos avaliados são semelhantes aos que eles possuem na Noruega. A partir de agora, eles irão avaliar as necessidades e continuar os contatos com as instituições e Governo do Estado para alavancar essa ideia de instalação deste centro de pesquisa em terras capixabas". O Instituto Sintef do Brasil é uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos, subsidiária brasileira do SINTEF, a maior organização da Escandinávia dedicada a atividades de pesquisa e desenvolvimento.

O objetivo é oferecer suporte a empresas brasileiras e internacionais em suas atividades de pesquisa, desenvolvimento e processos de inovação.

Extraído de: [http://ioes.dio.es.gov.br/porta/visualizacoes/pdf/2433/#/p:4/e:2433?find="](http://ioes.dio.es.gov.br/porta/visualizacoes/pdf/2433/#/p:4/e:2433?find=)Patrulha Escolar"

ANEXO E – Resultado do Prêmio Inoves 2013



Categoria: Uso Eficiente dos Recursos Públicos
Projeto Vencedor: Patrulha Escolar
Organização Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social – SESP

Leia-se: ... 2) Categoria: Uso Eficiente dos Recursos Públicos
 Projeto Vencedor: Patrulha Escolar
 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social – SESP

Equipe Responsável pela Coordenação do Projeto:
 Alanderson Josué Vieira dos Reis
 Hevellyn França Pelissari
 Luciano Luiz Vieira de Jesus
 Marinete Rigoni Santana
 Sandro Beniquio Alves
 Tassyana Siqueira Tavares
 Warner Di Francesco Belém (coordenador do projeto)
 Wilson da Silva Athaydes Filho

Vitória/ES, 09 Janeiro de 2014

PABLO RODNITZKY
 Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Protocolo 4450

USO EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS Projeto Vencedor

Trabalho de prevenção

Thierry Lozano

Numa atuação pedagógica, Patrulha Escolar percorre escolas da Grande Vitória com foco em evitar conflitos

A Polícia Militar do Espírito Santo está empenhando-se em prevenir a criminalidade. E se as ações preventivas forem realizadas dentro da escola, melhor ainda. Prova disso é o caso da Patrulha Escolar, projeto criado em 2010 que garante a presença policial dentro das escolas, mas com foco e metodologia pedagógica.

Assim, com a implantação da Patrulha Escolar, a polícia está nas escolas semanalmente, e não só para atender as ocorrências, mas para evitá-las. Para isso, profissionais treinados e familiarizados com crianças e adolescentes fazem rondas diárias em escolas estaduais de municípios da Grande Vitória orientando e atendendo equipe pedagógica, alunos e pais. O resultado é uma redução significativa do número de ocorrências, principalmente a reincidência do ato infracional e da violência contra funcionários. Para se ter uma ideia da magnitude do projeto, o número de visitas só cresceu. Em 2010, ano de sua implantação, foram 847; em 2013, cerca de 5.600. E à medida que o número de visitas preventivas aumenta, diminuem os casos de atuação repressiva. Em 2010, 24% dos atendimentos foram repressivos, contra 2% em 2013.

Policiais que participam do Patrulha Escolar atuam na prevenção do ato infracional dentro das escolas

Extraído de: http://www.inoves.es.gov.br/Revistas/Revista_Ciclo_2013.pdf



PRÊMIO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Ciclo 2013

CERTIFICADO
 de Reconhecimento e Premiação

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos, certifica que o projeto

PATRULHA ESCOLAR

da **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social – SESP**, participou do Ciclo 2013 do Prêmio INOVES, obtendo **98,0 (noventa e oito vírgula zero) pontos** na avaliação de seu Relatório de Gestão e de suas práticas inovadoras, sendo reconhecido e premiado como o vencedor na categoria "Uso Eficiente dos Recursos Públicos".

Vitória - ES, 05 de dezembro de 2013.

Renato Casagrande
 Governador do Estado do Espírito Santo

Pablo Rodnitzky
 Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Charles Dias de Almeida
 Subsecretário de Inovação na Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Manoel Carlos Rocha Lima
 Coordenador do Prêmio INOVES

SECRETARIA DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO
 CRIAR E COM A GENTE

